

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**



**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 057/2022
Data: 26/04/2022**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
EMPRESA NO PORTO DE SANTOS TEM VAGAS PARA QUALIFICAÇÃO E PAGA BOLSA DE R\$ 600	4
EVENTO NO LITORAL DE SP DEVE CONTAR COM POTENCIAIS INVESTIDORES DO PORTO DE SANTOS	4
ANTAQ REALIZA OPERAÇÃO CONJUNTA NO PORTO DE SANTOS PARA FISCALIZAR TERMINAIS DE GRANÉIS SÓLIDOS	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	6
ANTAQ PRORROGA CONSULTA PÚBLICA SOBRE CONCESSÃO DA ÁREA STS10 NO PORTO DE SANTOS	6
ANTAQ FISCALIZA TERMINAIS DE GRANÉIS SÓLIDOS NO PORTO DE SANTOS	7
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....	8
TRECHO DUPLICADO DA BR-101/BA VAI FACILITAR ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE FEIRA DE SANTANA	8
INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA PERMITE CRESCIMENTO DO SETOR PORTUÁRIO BRASILEIRO, DIZ SAMPAIO	9
PORTO DE CABEDELO É O PRIMEIRO DO PAÍS A TER 100% DAS SUAS ÁREAS REGULARIZADAS	9
GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF.....	10
MEDIDAS FORTALECEM O EMPREENDEDORISMO E DÃO FÔLEGO PARA A RETOMADA, AFIRMA SECRETÁRIA DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE	10
GOVERNO REALIZARÁ LEILÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM (ES) E TOLEDO (PR)	12
BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 19,26 BILHÕES NO ANO, ATÉ QUARTA SEMANA DE ABRIL	12
RIO DE JANEIRO E SANTA CATARINA APRESENTAM MAIOR CRESCIMENTO DE RECEITAS CORRENTES	13
CIDADÃO JÁ PODE ASSINAR PELO CELULAR DOCUMENTOS DO PODER PÚBLICO	14
MINISTÉRIO DA ECONOMIA ANUNCIA MEDIDAS PARA FACILITAR ACESSO DE EMPREENDEDORES AO CRÉDITO.....	16
GOV – BR – IMPRENSA NACIONAL - DF.....	17
DELIBERAÇÃO Nº 70, DE 20 DE ABRIL DE 2022.....	17
DECRETO Nº 10.543, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020.....	18
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	23
LUCRO TRIMESTRAL DA ADM SALTA 53% COM OFERTA LIMITADA DE COMMODITIES ESSENCIAIS.....	23
GRÃOS DA UCRÂNIA CHEGAM A PORTO ROMENO NO MAR NEGRO	24
GOVERNO DE SP ANUNCIA TROCA NO COMANDO DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR	24
PORTO DE CABEDELO É O PRIMEIRO DO PAÍS A TER 100% DAS SUAS ÁREAS REGULARIZADAS	25
SPA PROMOVE SEU SEGUNDO ‘INVESTORS DAY’	25
JORNAL O GLOBO – RJ.....	26
BNDES VAI ESTRUTURAR PROJETOS DE INFRAESTRUTURA PARA ESCOLAS PÚBLICAS E DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.....	26
CAMPOS NETO DIZ QUE FALTA DE AUTONOMIA ‘MAIS AMPLA’ DIFICULTA TRABALHO DO BANCO CENTRAL.....	29
DÓLAR SE APROXIMA DOS R\$ 5 COM EXTERIOR, E BC FAZ LEILÃO. BOLSA CAI, PRESSIONADA POR BANCOS	31
PIX: BRASIL PULA PARA 4º LUGAR EM RANKING DE TRANSAÇÕES EM TEMPO REAL E DEVE LIDERAR CRESCIMENTO ATÉ 2026.....	34
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	35
NOVA LEI CAMBIAL: MERCADO TEM PRESSA POR REGULAMENTAÇÃO E TEME ATRASOS POR PARALISAÇÃO DE SERVIDORES ..	35
CRISE NA CHINA: BOLSAS DA ÁSIA FECHAM SEM DIREÇÃO COM TEMOR DE LOCKDOWN	37
COSAN PEDE A INVESTIDORES PARA PASSAR US\$ 750 MI EM TÍTULOS A SUBSIDIÁRIA	37
AUDITORES FISCAIS DO AGRONEGÓCIO PRESSIONAM POR REAJUSTE E PLANEJAM ‘OPERAÇÃO-PADRÃO’	38
VALOR ECONÔMICO (SP).....	39
RECEITA LÍQUIDA DA CARGILL SUPERA MARCA DE R\$ 100 BI NO PAÍS.....	39
LEILÃO DO RODOANEL NORTE DEVE ATRAIR GRANDES GRUPOS	41
IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES CRESCE 10% EM ABRIL	42
PORTO DE SANTOS: PRÓXIMOS LEILÕES PODEM CONTRATAR R\$ 5,8 BILHÕES EM INVESTIMENTOS.....	43
MINÉRIO DE FERRO AVANÇA 2,4% NO NORTE DA CHINA, PARA US\$ 138,95 POR TONELADA.....	44
GARGALOS NAS CADEIAS DEVEM PIORAR NOS PRÓXIMOS MESES	45
GRUPO EDSON QUEIROZ BUSCA SEU ESPAÇO NO CENÁRIO NACIONAL.....	47
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	48
ARTIGO - O PORTO QUE SE IMPORTA	48
KEPLER WEBER LANÇA FINANCIAMENTO PARA UNIDADES DE BENEFICIAMENTO E ARMAZENAGEM DE GRÃOS	49
WILSON SONS VÊ OPORTUNIDADES PARA AGÊNCIA MARÍTIMA NO MERCADO DE GRÃOS.....	50



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 057/2022
Página 3 de 53
Data: 26/04/2022
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

SPA PROMOVE SEU SEGUNDO 'INVESTORS DAY'	51
NOVO ACESSO AO PORTO DO RIO DE JANEIRO REDUZ GARGALOS E MELHORA MOBILIDADE URBANA.....	51
BUREAU VERITAS REALIZA AUDITORIAS DE SEGURANÇA OPERACIONAL NA 3R PETROLEUM	52
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	53
MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	53



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

EMPRESA NO PORTO DE SANTOS TEM VAGAS PARA QUALIFICAÇÃO E PAGA BOLSA DE R\$ 600

Oportunidades são para assistente administrativo e de logística

Por: Redação



Maersk está com inscrições abertas para cursos gratuitos de qualificação profissional Foto: Carlos Nogueira/AT

Maersk está com inscrições abertas para cursos gratuitos de qualificação profissional. São 12 vagas para jovens, com idade mínima de 16 anos e renda per capita de até um salário mínimo (R\$ 1.212,00). A empresa paga bolsa de meio mínimo (R\$ 606,00).

A iniciativa é fruto de um convênio com o Formare, programa de qualificação profissional para jovens em vulnerabilidade social. As vagas são para assistente administrativo e de logística. As inscrições vão até domingo e devem ser feitas neste link. → <https://avaformare.org.br/cadastro/>

Requisitos

Para concorrer, é preciso ter nascido em 2005 ou 2006; estar cursando ou ter concluído o Ensino Médio em rede pública de ensino; ter renda familiar per capita (por pessoa) de até um salário mínimo; não ter parentesco de primeiro grau com colaboradores da empresa; e não ter frequentado cursos profissionalizantes.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 26/04/2022

EVENTO NO LITORAL DE SP DEVE CONTAR COM POTENCIAIS INVESTIDORES DO PORTO DE SANTOS

SPA Day será realizado nesta terça-feira (26) e reunirá de 150 a 200 pessoas

Por: Ágata Luz



Diversos terminais estão em processo de leilão no Porto de Santos Foto: Divulgação

Potenciais investidores que miram a desestatização da Santos Port Authority (SPA), estatal que administra o Porto de Santos, estarão nesta terça-feira (26) na região para o SPA Day, um evento que apresentará os resultados de 2021 do maior complexo portuário do País e abrirá as portas para possíveis interessados em arrendar a estatal - o Governo Federal trabalha para que o leilão da Autoridade Portuária ocorra até o final do ano.

O diretor de Administração e Finanças da SPA, Marcus Mingoni, explica que, além de detalhar os resultados do ano passado, o evento também discutirá os futuros leilões e investimentos previstos para o porto santista. “A gente falará bastante de perspectivas”, garante.

Mingoni explica que o SPA Day tem expectativa de participação de 150 a 200 pessoas. “Fundos de investimentos, fundos de pensão, grandes operadores logísticos e grupos de infraestrutura de longo prazo são os principais alvos para assistir e conhecer com maior profundidade nossos números, resultados, perspectivas e oportunidades”.

No entanto, Marcus ressalta que o outro principal objetivo do SPA Day é seguir com a meta anual da empresa de transparência na divulgação de resultados. “A gente tem como parâmetro as melhores companhias de capital aberto”, explica.

Programação

O evento acontecerá no Clube de Regatas Vasco da Gama, na Ponta da Praia. Com credenciamento e recepção marcados para 8h30, a abertura do SPA Day está marcada para 9h30. Em seguida, os resultados financeiros serão divulgados por Mingoni.

Depois, o diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da SPA, Bruno Stupello, falar sobre oportunidades de negócios às 10h30. O evento também terá um momento de interação com os convidados.

“Todos os diretores ficarão disponíveis para poder conversar”, explica Mingoni, dizendo que, no fim do SPA Day, os participantes poderão conhecer detalhes do Porto de Santos com uma visita técnica.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 26/04/2022

ANTAQ REALIZA OPERAÇÃO CONJUNTA NO PORTO DE SANTOS PARA FISCALIZAR TERMINAIS DE GRANÉIS SÓLIDOS

Diversos órgãos realizam 'Operação Porto Limpo' até sexta-feira (29)

Por: Ágata Luz



A ação acontece em parceria com outros órgãos públicos Foto: Alexander Ferraz/AT

Com objetivo de fiscalizar as condições sanitárias e de higiene dos terminais de granéis sólidos no Porto de Santos, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) iniciou ontem a Operação Porto Limpo. A ação, que acontece em parceria com outros órgãos públicos, deve fiscalizar pelo menos 14 instalações do complexo portuário santista.

Os agentes também farão vistorias em operadores portuários vinculados aos arrendamentos que movimentam graneis sólidos e no cais público. A previsão das autoridades é que as ações no porto santista aconteçam até a próxima sexta-feira (29).

Além das condições de higiene e limpeza, os agentes irão verificar questões ambientais e o cumprimento de práticas no controle da proliferação de fauna sinantrópica (animais que interagem de forma negativa com os humanos, como ratos, pombos e mosquitos, entre outros). “Nossos portos estão cada vez mais desenvolvidos, nossos terminais cada vez mais eficientes e nós temos que ter uma atuação cada vez mais presente”, ressalta o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery.



De acordo com ele, o Porto de Santos é o foco da operação por ser o responsável pela maior movimentação de cargas de graneis sólidos vegetais no país, como soja, açúcar e milho.

Para se ter uma ideia da importância que o complexo santista possui na cadeia logística nacional de graneis sólidos, A Tribuna noticiou na semana passada que, para este ano, a exportação de soja deve aumentar 24% em comparação ao ano passado no Porto. Ao todo, 29 milhões de toneladas do produto devem passar pelos terminais instalados nas margens Direita e Esquerda. A estimativa é da Santos Port Authority (SPA).

“É natural que a gente identifique problemas”, adiantou Nery, ressaltando à imprensa que, neste primeiro momento, as empresas que venham a ser flagradas em atos irregulares receberão notificações. A partir daí, elas terão um prazo (que varia de acordo com a infração) para apresentar soluções às irregularidades.

Para o diretor-geral da Antaq, a ação também é importante na relação entre o Porto e as cidades que o abrigam, como Santos e Guarujá. “Unimos esforços para tentar assegurar que as condições sanitárias sejam as mais adequadas para uma boa relação Porto-Cidade, para que o Porto ofereça condições à sociedade que nele habita. Algo à altura da grandiosidade do Porto de Santos”.

A Operação Porto Limpo acontece em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Marinha do Brasil, Unidade de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), Receita Federal, SPA e as prefeituras de Santos e Guarujá.

Trabalho constante

Nery garante que a presença da Antaq é diária nos portos brasileiros. Tanto que, no ano passado, as equipes da agência realizaram 365 fiscalizações no Estado de São Paulo. Porém, o diretor-geral da agência diz que a mobilização de diversos órgãos em uma operação conjunta proporciona um “impacto maior” nas ações.

Ainda em terras paulistas, os operadores portuários que movimentam granel sólido em áreas administradas pela Companhia Docas de São Sebastião (CDSS) também serão fiscalizados durante a Operação Porto Limpo, também nesta semana.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 26/04/2022



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ PRORROGA CONSULTA PÚBLICA SOBRE CONCESSÃO DA ÁREA STS10 NO PORTO DE SANTOS

Contribuições poderão ser enviadas até às 23h59 do dia 31 de maio. Decisão foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) prorrogou para o dia 31 de maio o prazo limite da consulta pública para o recebimento de contribuições para a Audiência Pública nº 06/2022, que trata do arrendamento da área STS10 localizada no Porto de Santos, em São Paulo. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União desta segunda-feira (25).

As minutas jurídicas e os documentos técnicos estão disponíveis no menu “Participação Social” no portal da Agência. As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até às 23h59 do mesmo dia, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site.



A consulta visa obter subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos, relativos à realização da licitação para o arrendamento de instalação portuária localizada no interior da poligonal do Porto Organizado de Santos, que é destinada à movimentação e armazenagem de cargas containerizadas.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data: 26/04/2022

ANTAQ FISCALIZA TERMINAIS DE GRANÉIS SÓLIDOS NO PORTO DE SANTOS

Operação Porto Limpo começou nesta segunda-feira (25). Ação conta com a participação de outros órgãos públicos

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), em parceria com outros órgãos, fiscalizará 14 terminais de granéis sólidos entre os dias 25 e 29 de abril, no Porto Organizado de Santos e Terminais de Uso Privado (TUP).

Entre os objetivos da Operação Porto Limpo, liderada pela Agência, estão: aferir as condições de higiene e limpeza das operações portuárias e verificar o cumprimento das melhores práticas no controle da proliferação de fauna sinantrópica (composta por espécies de animais que interagem de forma negativa com a população humana).

Durante a semana, os agentes fiscalizarão os arrendamentos que movimentam graneis sólidos no porto de Santos, os operadores portuários vinculados a esses arrendatários, os operadores de cais público; TUPs na área de jurisdição da Unidade Regional da ANTAQ e vias públicas localizadas na área do Porto Organizado.

Também participam da operação o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a Marinha do Brasil, Unidade de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), Receita Federal, Santos Port Authority, Inspeção do Trabalho e as prefeituras de Santos e Guarujá também participarão da operação.

Fiscalização

Para a operação, os agentes utilizarão como referência os checklists de higiene e limpeza do SFIS Mobile. Além disso, a Agência contará com o apoio de drone que auxiliará na fiscalização. Em caso de não conformidade, as equipes da ANTAQ devem emitir a NOCI (Notificação de Correção de Irregularidade) ou lavrar Ato de Infração, dando ciência ao terminal, quando for o caso. Ao final vistoria, o fiscalizado receberá o relatório de fiscalização com o resultado da aplicação do checklist.

São Sebastião

Os operadores portuários que movimentam granel sólido e áreas administradas pela Companhia Docas de São Sebastião (SP) também serão fiscalizados pela Operação Porto Limpo.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antaq.gov.br
Data: 26/04/2022

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

TRECHO DUPLICADO DA BR-101/BA VAI FACILITAR ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE FEIRA DE SANTANA

Obra entregue nesta segunda-feira (25) pelo ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, beneficia diretamente fábricas de grande porte e plantações de eucalipto para indústria de celulose e carvão vegetal



No total, Governo Federal vai investir R\$ 1,1 bilhão na duplicação da BR-101/BA - Foto: Ricardo Botelho/MInfra

O escoamento da produção do polo industrial, das fábricas de grande porte e das plantações de eucalipto para indústria de celulose e carvão vegetal na região de Feira de Santana (BA) será diretamente beneficiado com um novo trecho duplicado da BR-101/BA na divisa com o Sergipe. Por meio do Ministério da Infraestrutura, o Governo Federal liberou o segmento nesta segunda-feira (25).

Equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) realizaram serviços de terraplanagem, subleito em solo, sub-base em solo cimento e solo-brita-cimento, pavimento, pista e acostamento, drenagem superficial e profunda, obras de arte especiais com restauração e finalização de implantação de pontes e obras complementares com implantação de defensas metálicas, cercas e defensas do tipo New Jersey.

No total, o Governo Federal vai investir R\$ 1,1 bilhão nas obras de duplicação da BR-101/BA, que está dividida em quatro lotes. “A gente sabe que o esforço do governo em entregar obras neste tipo de qualidade traz durabilidade também. E nós vamos continuar trabalhando por um Brasil cada vez mais competitivo e mais forte”, destacou o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, ressaltando que já foram mais de 70 quilômetros entregues desde o início do empreendimento.

A BR 101/BA tem 165,4 quilômetros de extensão e liga o norte e nordeste do Brasil, por meio da divisa entre os estados da Bahia e Sergipe. A duplicação do segmento garante maior e melhor fluidez no tráfego, segurança, conforto aos usuários e conseqüentemente a redução de acidentes. Além disso, deve atrair novas empresas devido à logística e infraestrutura, gerando novas oportunidades de empregos e um maior desenvolvimento econômico para a região.

Requeijão

Na Bahia, o ministro Marcelo Sampaio fez uma visita técnica às obras de duplicação da BR-116/BA. O segmento vistoriado contempla parte da sexta parte, entre Feira de Santana e Santa Bárbara. Com 420 quilômetros de extensão, a obra tem investimento estimado de R\$ 491,2 milhões. O objetivo das intervenções é auxiliar no desenvolvimento regional e na redução de acidentes.

A BR-116 é uma das principais rodovias brasileiras, tratando-se de um dos principais corredores rodoviários para o transporte de carga e fluxo de veículos entre a Região Nordeste e as Regiões Sudeste e Sul. A obra vai beneficiar diretamente os moradores de Santa Bárbara, cidade conhecida pela produção de requeijão. Além disso, a rodovia é fundamental para interiorizar a logística do país, em especial o Nordeste, onde opera como principal corredor de integração.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 26/04/2022

INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA PERMITE CRESCIMENTO DO SETOR PORTUÁRIO BRASILEIRO, DIZ SAMPAIO

Ministro da Infraestrutura participou da abertura do Fórum Regional Nordeste Export 2022, em Salvador



Ministro destacou crescimento em 2021 do setor portuário 4,8% na comparação com 2020 - Foto: Ricardo Botelho/MInfra

Garantir infraestrutura de qualidade para todos os brasileiros e manter a iniciativa privada engajada é fundamental para avançar no crescimento do setor portuário brasileiro, afirmou o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, nesta segunda-feira (25), na abertura do Fórum Regional Nordeste Export 2022, em Salvador

(BA).

Desde 2019, o Governo Federal, por meio do Ministério da Infraestrutura (MInfra), investiu na modernização do setor, tanto no que se refere à administração dos portos públicos como nas parcerias com a iniciativa privada. Foram 37 arrendamentos portuários desde o início da gestão, que garantiram R\$ 6,1 bilhões em investimentos.

"Saímos da inércia. O país agora está em movimento, em pleno crescimento. Os resultados estão aparecendo e vão aparecer ainda mais nos próximos anos", disse Sampaio, ao ressaltar o crescimento do setor portuário no ano passado em 4,8%, na comparação a 2020, na movimentação de cargas.

Desestatizações

Outro destaque apresentado pelo ministro foi a desestatização portuária da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), primeira da história do Brasil, que garantiu mais de R\$ 335 milhões em investimentos privados durante a duração do contrato. O modelo servirá de referência para o processo da desestatização da Companhia Docas da Bahia (Codeba), previsto para 2023.

Ainda para este ano, estão previstos os arrendamentos de 19 terminais portuários, a concessão dos portos de São Sebastião (SP), Itajaí (SC) e Canal de Paranaguá (PR) e a desestatização do Porto Organizado de Santos. "Estamos simplificando o setor, tirando as amarras que impedem que possamos aproveitar a eficiência do setor privado, tirando o estado de onde ele não precisa estar", disse Sampaio.

Assessoria Especial de Comunicação Ministério da Infraestrutura

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 26/04/2022

PORTO DE CABEDELÓ É O PRIMEIRO DO PAÍS A TER 100% DAS SUAS ÁREAS REGULARIZADAS

Contrato de cessão foi assinado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e a Companhia Docas da Paraíba, responsável pela administração do terminal

Ação do Governo Federal, por meio dos ministérios da Infraestrutura e da Economia, permitiu a primeira regularização de 100% das áreas do Porto de Cabedelo, administrado pela Companhia Docas da Paraíba. Com o processo, os valores arrecadados serão reinvestidos no próprio porto,



que em 2021 movimentou 1.319.129 milhão de toneladas de gêneros como combustíveis, grãos e petcoke (produto sólido resultante da destilação do petróleo).

O processo de regularização das áreas da poligonal do Porto de Cabedelo foi iniciado em 2004 e priorizado nos últimos anos. É um processo histórico que durou quase 20 anos, e que envolve uma área de quase 300.000m², movimentando 1,3 milhão de toneladas/ano. Com a cessão, o estado da Paraíba recebe da União um investimento de mais de R\$ 140 milhões para promover melhorias na infraestrutura do porto, aumentando o fluxo de exportações e qualificando a área para receber cruzeiros.

Assessoria Especial de Comunicação Ministério da Infraestrutura

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 26/04/2022*



Ministério da Economia

GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF

MEDIDAS FORTALECEM O EMPREENDEDORISMO E DÃO FÔLEGO PARA A RETOMADA, AFIRMA SECRETÁRIA DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

Anunciado nesta segunda-feira (25/4), o Programa Crédito Brasil Empreendedor foi detalhado em entrevista coletiva com a participação de Daniella Marques e Adolfo Sachsida

O Programa Crédito Brasil Empreendedor, composto por medidas que beneficiam principalmente os micros e pequenos empresários do país, anunciado nesta segunda-feira (25/4) pelo Ministério da Economia (ME), foi detalhado em entrevista coletiva com a participação da secretária de Produtividade e Competitividade, Daniella Marques, e do chefe da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos do Ministério, Adolfo Sachsida. “O que queremos é fortalecer o empreendedorismo e dar fôlego para a retomada”, afirmou a secretária.

Confira a apresentação feita durante a coletiva.

<https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes/2022/abril/creditobrasilempreendedor2504.pdf>

Segundo Daniella Marques, as medidas anunciadas são uma parte do conjunto de ações governamentais voltadas à desconcentração da política de crédito no Brasil, com foco nos micro, pequenos e médios empresários, em consonância com o binômio de consolidação fiscal e melhoria do ambiente de negócios e da produtividade. “Estamos fazendo a rolagem do Fundo Garantidor para micro e pequenos empresários, o Peac-FGI, e o programa de crédito habitacional. É uma nova rodada de recursos de crédito”, disse a secretária. Ela enfatizou o intenso trabalho que vem sendo feito “a quatro mãos” entre o Ministério da Economia e o Congresso Nacional em relação ao Programa de Estímulo ao Crédito (PEC) e ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

A secretária assinalou que o governo sabe que, para dar fôlego aos empreendedores na retomada da economia, precisa estar sensível à elevação da taxa de juros de um ano para o outro – ainda efeito da crise causada pela pandemia da Covid-19. “A grande novidade é a ampliação do Pronampe e das demais medidas anunciadas hoje aos Microempreendedores Individuais. Então agora estão MEIs, micro, pequenas e médias empresas atendidas em condições bastante diferenciadas. Esses pequenos empresários muitas vezes não têm acesso a crédito nos bancos, ou o recurso dos bancos está empocado porque não há garantias a oferecer para tomar os empréstimos”, declarou. Com o Crédito Brasil Empreendedor, o governo bancará garantias para destravar a liquidez dos bancos.



“Essa medida do crédito se insere no contexto de reformas pró-mercado”, frisou Adolfo Sachsida. “É a economia pelo lado da oferta. E quero destacar: reformas microeconômicas importam. Um desenho melhor de uma política econômica tem impactos importantes no longo prazo. Isso é o Crédito Brasil Empreendedor, que não está sozinho: ele vem dentro de um amplo conjunto de medidas pró-mercado que estamos executando”, acrescentou durante a entrevista, da qual também participaram o secretário de Desenvolvimento da Infraestrutura da Sepec, Alexandre Ywata; o coordenador-geral de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Secretaria, Marco Aurélio Loureiro; e o subsecretário de Política Microeconômica da Secretaria de Política Econômica (SPE), Emmanuel Sousa de Abreu.

O programa

Iniciativa da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade (Sepec), o Programa Crédito Brasil Empreendedor é formado pelo conjunto de ações que compõem a Medida Provisória do Crédito e o Projeto de Lei nº 3.188/21. O somatório das medidas deverá alcançar cerca de R\$ 90 bilhões.

A MP, que, segundo estimativas do Ministério da Economia, deverá alavancar R\$ 23 bilhões em financiamentos, altera a legislação que disciplina diversos programas de financiamento público e acesso ao crédito em vigor: Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab), Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas e Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac). Do total a ser alavancado em financiamentos pela MP, R\$ 21 bilhões referem-se ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito – Fundo Garantidor para Investimentos (Peac-FGI); e R\$ 2 bilhões ao FGHab.

Em 12 de abril último, a Câmara dos Deputados aprovou o substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.188/21, aprovado no Senado, que altera as regras do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Pela proposta, os recursos do programa poderão ser reutilizados para novos empréstimos até dezembro de 2024. A expectativa é que as contratações fiquem em torno de R\$ 50 bilhões. O substitutivo dispensa todos os agentes financeiros do programa da exigência de certidões de regularidade fiscal e outras que restringem o acesso ao Peac-FGI e ao PEC. Apenas a obrigatoriedade de regularidade previdenciária da empresa tomadora permanece.

Ainda no âmbito do PL nº 3.188/21, uma emenda aprovada na Câmara dos Deputados também reedita o Programa de Estímulo ao Crédito (PEC), destinado à realização de operações de crédito a pessoas físicas ou jurídicas, com receita bruta anual de até R\$ 300 milhões. As estimativas são de que, com essa reedição, sejam contratados, até 31 de dezembro de 2022, R\$ 14 bilhões.

O projeto permitirá novas operações de crédito com recursos emergenciais para empréstimos a micro e pequenas empresas. Com as emendas da Câmara, porém, ele deverá retornar ao Senado antes de seguir para a sanção presidencial.

Democratização do crédito

Outra ação do governo para facilitar o acesso ao crédito foi a edição, pela Presidência da República, do Decreto nº 11.022, de 31 de março de 2022, que zerou o valor do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) até o fim de 2023 para o Peac, o PEC e o Pronampe.

Segundo Daniella Marques, com esse conjunto de medidas o crédito passa a atingir um leque muito maior de empreendedores. “Estamos democratizando o acesso das micro e pequenas empresas ao crédito em condições antes disponíveis apenas para empresas maiores”, ressaltou. “Estamos interessados nos heróis nacionais e não nos campeões nacionais”, pontuou Adolfo Sachsida.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 26/04/2022



GOVERNO REALIZARÁ LEILÕES DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM (ES) E TOLEDO (PR)

Sessão pública conjunta começará às 15h da próxima sexta-feira, 29/4, na B3, em São Paulo; os dois projetos vão gerar mais de R\$ 100 milhões em investimentos

O Ministério da Economia (ME), por meio do Programa de Parcerias de Investimentos (Seppi), e o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), vão realizar na próxima sexta-feira (29/4), na B3, em São Paulo mais dois leilões de concessão dos serviços de Iluminação Pública. Desta vez os beneficiados são os municípios de Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo, e Toledo, no Paraná. A sessão pública conjunta começará às 15h.

Os municípios foram selecionados em processo de chamada pública promovido pelo Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e Parcerias, FEP. A estruturação dos projetos de Parceria Público-Privada (PPP) foi realizada pela Caixa, e contaram com o apoio técnico e cofinanciamento do Banco Interamericano Desenvolvimento - BID, em Cachoeiro do Itapemirim (ES).

Além disso, em parceria com outro organismo internacional, o projeto contou com a consultoria e cofinanciamento da Agência Francesa de Desenvolvimento, AFD, que traz a experiência na estruturação de projetos de concessões e parcerias em um formato inovador: Toledo (PR) será o primeiro município com previsão de instalação de 100% de telegestão do parque de iluminação, em tecnologia LED.

Acesse as informações do edital do município de Toledo (PR)

<https://equiplano.toledo.pr.gov.br:7443/transparencia/licitacoes/verLicitacao?formulario.codEntidade=136&formulario.exercicio=2022&formulario.codLicitacao=2&formulario.codTipoLicitacao=3>

Acesse as informações do edital do município de Cachoeiro do Itapemirim (ES)

<https://prefeitura.cachoeiro.es.gov.br/servicos/site.php?nomePagina=LICITACAO>

Entre os benefícios esperados da parceria público-privada para os municípios estão a redução no consumo de energia, e consequente redução da despesa pública, valorização dos espaços urbanos por meio da implantação de luminária LED em todo o município, implementação de iluminação especial nos pontos turísticos e de destaque, contribuindo para o aumento da sensação de segurança e valorização do comércio e atividades noturnas.

Em Cachoeiro do Itapemirim (ES), a PPP conta com investimentos estimados em R\$ 38,1 milhões e a modernização de 23 mil pontos de iluminação pública, com uso de lâmpadas de LED e telegestão. O projeto beneficiará cerca de 212 mil habitantes do município.

Já em Toledo, a parceria permitirá a modernização de 31 mil pontos de iluminação pública, com investimentos estimados em R\$ 35,3 milhões. Serão beneficiados mais de 144 mil habitantes.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 26/04/2022

BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 19,26 BILHÕES NO ANO, ATÉ QUARTA SEMANA DE ABRIL

Com US\$ 93,93 bilhões em exportações e US\$ 74,67 bilhões em importações, corrente de comércio atinge US\$ 168,60 bilhões; no mês, saldo positivo é de US\$ 7,46 bilhões

Abalança comercial brasileira fechou a quarta semana do mês de abril com superávit de US\$ 19,26 bilhões no acumulado do ano, em alta de 13,7% sobre o período de janeiro a abril de 2021, pela média diária. As exportações já cresceram 22,5% em 2022 e somaram US\$ 93,93 bilhões, enquanto as importações subiram 25% e totalizaram US\$ 74,67 bilhões. A corrente de comércio



(soma de exportações e importações) aumentou 23,6%, atingindo US\$ 168,60 bilhões, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia divulgados nesta segunda-feira (25/4).

No acumulado do mês, o superávit é de US\$ 7,46 bilhões, com crescimento de 7% sobre a medida diária de abril do ano passado. A corrente de comércio atinge US\$ 35,84 bilhões, em alta de 21,4%, refletindo os aumentos de 18,7% das exportações, que somaram US\$ 21,65 bilhões, e de 25,9% das importações, que totalizaram US\$ 14,19 bilhões.

Apenas na quarta semana de abril, a balança comercial registrou superávit de US\$ 2,033 bilhões e a corrente de comércio chegou a US\$ 10,235 bilhões – resultado de exportações no valor de US\$ 6,134 bilhões e importações de US\$ 4,101 bilhões.

Veja os principais resultados da balança comercial

https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg_principal_bc/principais_resultados.html

Exportações no mês

O desempenho das exportações em abril mostra crescimento de 6,9% na Agropecuária, que somou US\$ 5,76 bilhões; recuo de 9,5% na Indústria Extrativa, que ficou em US\$ 4,23 bilhões; e aumento de 42,9% na Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 11,57 bilhões.

Na Agropecuária, destacaram-se as vendas de milho não moído, exceto milho doce (+275,3%), café não torrado (+50%) e soja (+2,7%). A Indústria Extrativa, apesar da queda no valor total, aumentou as vendas de outros minerais em bruto (+37%), minérios de níquel e seus concentrados (+178,1%) e óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (+25,8%).

Já na Indústria de Transformação, cresceram principalmente as exportações de carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (+76,6%), farelos de soja e outros alimentos para animais – excluídos cereais não moídos –, farinhas de carnes e outros animais (+60,5%) e óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (+70,8%).

Importações do mês

Do lado das importações, até a quarta semana de abril, a Secex registrou crescimento nos três setores. O aumento foi de 28,5% na Agropecuária, que somou US\$ 344,41 milhões em compras do exterior; de 24,1% na Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 822,45 milhões; e de 26,9% na Indústria de Transformação, que atingiu US\$ 12,90 bilhões.

Os destaques na Agropecuária foram os aumentos das importações de trigo e centeio, não moídos (+20,8%), milho não moído, exceto milho doce (+219,6%) e soja (+146%). Na Indústria Extrativa, aumentaram principalmente as compras de fertilizantes brutos, exceto adubos (+144,3%), carvão, mesmo em pó, mas não aglomerado (+56,2%) e gás natural, liquefeito ou não (+87,9%).

Para a Indústria de Transformação, aumentaram as entradas de óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (+68,8%), compostos organo-inorgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucléicos e seus sais, e sulfonamidas (+64,7%) e adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (+258,3%).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 26/04/2022

RIO DE JANEIRO E SANTA CATARINA APRESENTAM MAIOR CRESCIMENTO DE RECEITAS CORRENTES

Os dados do primeiro bimestre de 2022 mostram o estado de Sergipe com a maior redução em despesas correntes, de 6% no período



Os estados do Rio de Janeiro e Santa Catarina apresentaram os maiores crescimentos, em termos percentuais, de suas receitas correntes no primeiro bimestre de 2022 na comparação com o mesmo período de 2021, ambos com 34%. Entre os entes subnacionais, apenas Minas Gerais apresentou queda de receitas correntes, de -2%. Por outro lado, os estados que apresentaram maior crescimento das despesas correntes foram Rondônia (53%) e Piauí (40%). O destaque é Sergipe, que conseguiu reduzir suas despesas correntes em 6% no período.

Os dados são do Relatório Resumido de Execução Orçamentária em Foco dos estados + DF, publicado nesta segunda-feira (25/4) pelo Tesouro Nacional. O RREO em Foco – Estados e DF traz os principais dados da execução orçamentária das 27 unidades da federação, possibilitando a comparação de sua situação fiscal, e é feito com base nos documentos que os próprios entes publicam no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi), gerido pelo Tesouro.

Outro indicador importante da saúde fiscal de um estado é a poupança corrente, que equivale ao valor das receitas correntes menos as despesas correntes empenhadas. Esse é um número que, se for positivo, aponta para a autonomia para realizar investimentos com recursos próprios; quando negativo, mostra a dependência de receitas de capital para realizá-los. Amapá e Roraima, com 61%, foram os estados que alcançaram os maiores percentuais de poupança corrente em relação à RCL. Já Minas Gerais (17%) e Rio Grande do Sul (20%) foram os estados com os piores desempenhos nesse indicador.

A Variação da Dívida Consolidada também é um sinal da saúde fiscal de um ente federado. Nesse quesito, o estado que mais reduziu a Dívida Consolidada no período foi o Maranhão (-17%). Por outro lado, Amazonas viu sua dívida crescer 13% no primeiro bimestre de 2022, comparado ao mesmo período de 2021.

Quando um estado não paga todas as despesas orçadas durante um ano fiscal, ele inscreve essas despesas empenhadas e liquidadas em restos a pagar. O percentual de restos a pagar pagos ao longo do ano é um indicativo da dificuldade de pagar despesas antigas. Distrito Federal (63%), Pará (58%) e Santa Catarina (51%) foram os estados que mais quitaram seus Restos a Pagar em relação ao volume que foi inscrito no dia 31/12/2021. Rio Grande do Sul (7%), Amapá (8%) e Minas Gerais (9%), na outra ponta, tiveram o pior desempenho nesse indicador para o período analisado.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 26/04/2022

CIDADÃO JÁ PODE ASSINAR PELO CELULAR DOCUMENTOS DO PODER PÚBLICO

Essa é uma das novas funcionalidades do aplicativo GOV.BR. Outra novidade é a barra de busca de serviços públicos. Na versão web, o GOV.BR também apresenta mais facilidades para a assinatura eletrônica

A assinatura digital e gratuita pelo celular já está ao alcance da população no GOV.BR, a plataforma de relacionamento do governo federal com o cidadão. O aplicativo GOV.BR, que pode ser utilizado gratuitamente tanto em iOS quanto em Android, passou a contar com essa funcionalidade e avançou para se tornar um canal cada vez mais completo, com experiência padronizada e integrada em relação ao formato web. Quaisquer documentos que envolvam interações com o poder público federal poderão ser assinados pelo aplicativo e terão validade legal, amparada pela Lei 14.063 (de 23/09/2020) e pelo Decreto 10.543 (de 13/11/2020).

Atenção: para assinar digitalmente, é preciso ter a conta Prata ou Ouro na plataforma. Mas isso é fácil. Todas as pessoas que entrarem no aplicativo GOV.BR e realizarem biometria facial (seja com a foto já cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral/TSE ou na Secretaria Nacional de Trânsito/Senatran) já cumprem esse requisito, assim como quem acessar o aplicativo ou o GOV.BR na web optando pela identificação por seu banco ou por intermédio de certificado digital



ICP-Brasil. Há hoje 9 instituições financeiras integradas ao GOV.BR: Banco do Brasil, Caixa, Banrisul, BRB, Bradesco, Sicoob, Santander, Itaú e Agibank.

Busca de serviços no aplicativo

Além da inovação com a assinatura digital, o aplicativo GOV.BR ainda passa a contar barra de busca de serviços para facilitar a vida do cidadão. Atualmente, há 4,9 mil serviços no GOV.BR - 74% deles totalmente digitais.

“O GOV.BR é a marca do combate à burocracia, da melhoria da administração pública e da transformação digital do governo brasileiro em constante evolução. Com as inovações que temos a partir de agora no aplicativo e no formato web do GOV.BR, o cidadão ganha em agilidade, comodidade e facilidade ao interagir com o poder público”, ressaltou o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Caio Mario Paes de Andrade. “Tudo o que é transformado em digital não volta mais atrás”, explicou.

Como assinar digitalmente

A versão atualizada do aplicativo GOV.BR dispõe de um link chamado ‘Assinar documentos digitalmente’, que direciona o usuário direto para o portal de Assinatura Eletrônica da plataforma GOV.BR, provido pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, da Casa Civil da Presidência da República.

O portal de Assinatura Eletrônica foi reformulado com o apoio de profissionais especializados em experiência do usuário, visando simplificar ainda mais a navegação do cidadão com mais atalhos - seja pelo celular ou pela web. As pessoas que já utilizavam a assinatura do GOV.BR no formato web, em seus computadores ou notebooks, também perceberão as mudanças na interface. Há agora uma integração visual com o aplicativo.

“Trata-se de uma importante iniciativa estratégica do governo federal para a inclusão digital definitiva do cidadão brasileiro, no universo dos documentos e assinaturas eletrônicos. A nova versão do aplicativo GOV.BR inova ao incorporar a solução e o suporte providos pelo ITI à plataforma GOV.BR. O portal de Assinatura Eletrônica proporciona aos cidadãos, de forma fácil, rápida e amigável, tanto a realização de assinaturas eletrônicas avançadas gratuitamente quanto de assinaturas eletrônicas qualificadas ICP-Brasil - neste último caso, para os cidadãos que disponham de certificados digitais em nuvem da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira”, acrescenta o presidente do ITI, Carlos Fortner.

Quem ganha mais é o cidadão

A experiência de assinar digitalmente transforma a vida do cidadão, em especial de contadores e empresários no contato com as juntas comerciais. É o caso de Paulo Henrique de Souza Carvalho, 47 anos, de Brasília.

“Há três fatores que facilitaram bastante nossa vida com a assinatura no GOV.BR. O primeiro é a facilidade de cadastro na internet, com todas as validações feitas de forma célere. O segundo é que é sem custos. E o terceiro é por dar agilidade ao processo. No caso da abertura de empresas, se compararmos a quando não era digital, ganhamos no mínimo de 7 a 15 dias, dependendo do estado onde fica a junta comercial. A assinatura eletrônica permite assinar qualquer documento em qualquer lugar”, atesta Carvalho, cuja empresa de contabilidade realizou a abertura de 25 negócios somente no ano passado.

Passo a passo:

1. Acesse o aplicativo GOV.BR e o atualize.
2. Ao entrar no aplicativo atualizado, o usuário já visualizará no item ‘Serviços’ o ícone: ‘Assinar documentos digitalmente’.
3. Assim que clicar, a pessoa já é direcionada para a página da assinatura eletrônica.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 26/04/2022



MINISTÉRIO DA ECONOMIA ANUNCIA MEDIDAS PARA FACILITAR ACESSO DE EMPREENDEDORES AO CRÉDITO

Com o Crédito Brasil Empreendedor, governo bancará garantias para destravar a liquidez dos bancos

O governo federal anuncia nesta segunda-feira (25/4) o Programa Crédito Brasil Empreendedor, composto por um conjunto de medidas para facilitar o acesso ao crédito a empreendedores de diversos portes. Iniciativa da Secretaria de Produtividade e Competitividade (Sepec) do Ministério da Economia, o programa tem como um dos destaques a Medida Provisória do Crédito, que deverá alavancar R\$ 23 bilhões em financiamentos.

A MP do Crédito altera a legislação que disciplina diversos programas de financiamento público e acesso ao crédito em vigor: Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab), Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas e Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac). Do total a ser alavancado em financiamentos pela MP, R\$ 21 bilhões referem-se ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito – Fundo Garantidor para Investimentos (Peac-FGI); e R\$ 2 bilhões ao FGHab.

Segundo a secretária especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, Daniella Marques, "são recursos que estavam parados nos bancos. O Tesouro não terá desembolso". "Com as medidas, o crédito foi ampliado e atinge um leque maior de empreendedores. Estamos democratizando o acesso das MPEs ao crédito em condições antes disponíveis apenas para empresas maiores", completa.

Em relação ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), a Câmara dos Deputados aprovou em 12 de abril último o substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.188/21, aprovado no Senado Federal, que altera as regras do programa. Pela proposta, os recursos do Pronampe poderão ser reutilizados para novos empréstimos até dezembro de 2024.

O substitutivo dispensa todos os agentes financeiros do programa da exigência de certidões de regularidade fiscal, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e outras que restringem o acesso ao PEAC-FGI e ao PEC. Fica mantida apenas a obrigatoriedade de regularidade previdenciária da empresa tomadora.

Emenda ao PL nº 3.188/21, aprovada na Câmara dos Deputados, também reedita o Programa de Estímulo ao Crédito (PEC), destinado à realização de operações de crédito a pessoas físicas ou jurídicas, com receita bruta anual de até R\$ 300 milhões. Estima-se que, com essa reedição, até 31 de dezembro de 2022 sejam contratados R\$ 14 bilhões amparados pelo programa.

Aprovado por ampla maioria (447 votos a 9), o projeto permitirá novas operações de crédito com recursos emergenciais para empréstimos a micro e pequenas empresas, mas, com as emendas realizadas pela Câmara, ele deverá retornar ao Senado antes de seguir para a sanção presidencial.

Também no sentido de facilitação de acesso ao crédito, a Presidência da República editou o Decreto nº 11.022, de 31 de março de 2022, zerando o valor do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) até o fim de 2023 para o Peac, o PEC e o Pronampe – voltados ao atendimento do público de pequenos negócios.

Bancos

O Pronampe – medida de auxílio criada pelo governo federal em 2020 e que passou à condição de programa permanente – atende hoje às microempresas e pequenas empresas com faturamento de até R\$ 4,8 milhões. A expectativa é que, com o Crédito Brasil Empreendedor, o Pronampe movimente em torno de R\$ 50 bilhões em créditos junto aos bancos.



A maior parte do dinheiro a ser movimentado por todas essas medidas do Programa Crédito Brasil Empreendedor será dos bancos. Hoje, a principal dificuldade dos empreendedores para terem acesso ao crédito é a falta de garantias. O governo federal bancará essas garantias como forma de destravar a liquidez dos bancos para que mais empreendedores tenham acesso ao crédito. Somadas, as medidas anunciadas ofertam recursos que estavam parados.

Fundos Garantidores

O Fundo Garantidor de Habitação Popular é um fundo privado constituído pela Lei nº 11.977/2009 e tem como finalidade garantir o pagamento da dívida devida pelo mutuário final aos agentes financeiros do financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação. Entre as alterações na Lei do Fundo Garantidor de Habitação Popular, há a inclusão, às suas finalidades, da garantia direta, ou indireta, de parte do risco em operações de financiamento habitacional no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação contratadas a partir de 2022. Além disso, as operações contratadas no âmbito do Programa Casa Verde e Amarela poderão contar com a cobertura do Fundo Garantidor de Habitação Popular.

Já os Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas são de natureza privada e têm como objetivo garantir, direta ou indiretamente, o risco em operações de crédito para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, empresas de pequeno e médio porte e autônomos, instituídos pela Lei nº 12.087/2009.

A partir da edição dessa MP, o Programa Emergencial de Acesso a Crédito, instituído pela Lei nº 14.042/2020, também passa contemplar as garantias de empréstimos obtidos por microempreendedores individuais, além dos efetuados por pequenas e médias empresas, associações, fundações de direito privado e cooperativas – excetuadas as cooperativas de crédito – como forma de auxílio às empresas em razão da crise econômica decorrente da pandemia da Covid-19. A MP ainda estende a vigência do programa até 31 de dezembro de 2023.

O peso das micro e pequenas empresas

As micro e pequenas empresas (MPE) representam cerca de 99% do total das empresas brasileiras e são responsáveis por 62% dos empregos e por 27% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 2020, o governo adotou um pacote de medidas de estímulo à economia para mitigar os efeitos do novo coronavírus, em um montante superior a R\$ 1,169 trilhão.

Às MPEs e aos microempreendedores individuais (MEI) foram concedidos diferimento de impostos como o Simples Nacional, contribuições da seguridade social e pagamento de débitos; possibilidade de redução de jornada de trabalho e suspensão de contratos; auxílio emergencial aos MEI; e linhas de crédito específicas para o segmento. Somados, o Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese), Pronampe e Peac (nas modalidades FGI e Maquininhas) ampararam, até 31 de dezembro de 2021, a concessão de créditos no valor de aproximadamente R\$ 166 bilhões, em mais de 1,2 milhão de contratos.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 26/04/2022



Imprensa Nacional

GOV – BR – IMPRENSA NACIONAL - DF

DELIBERAÇÃO Nº 70, DE 20 DE ABRIL DE 2022

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 25/04/2022 | Edição: 76 | Seção: 1 | Página: 61

Órgão: Ministério da Infraestrutura/Agência Nacional de Transportes Aquaviários



DELIBERAÇÃO Nº 70, DE 20 DE ABRIL DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.023843/2021-19 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Acolher parcialmente os pedidos da Maersk Brasil (Brasmar) Ltda. (SEI nº 1589417) e da Associação Brasileira dos Terminais Portuários - ABTP (SEI nº 1591699).

Art. 2º Prorrogar para o dia 31/05/2022, às 23:59, o prazo para o recebimento das contribuições de que trata o Aviso de Audiência Pública nº 06/2022-ANTAQ.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

Fonte: GOV. Federal – BR – Imprensa Nacional - DF
Data: 26/04/2022

DECRETO Nº 10.543, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 16/11/2020 | Edição: 218 | Seção: 1 | Página: 3
Órgão: Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 10.543, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal e regulamenta o [art. 5º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020](#), quanto ao nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em interações com o ente público.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o [art. 84, caput, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição](#), e tendo em vista o disposto no [art. 5º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020](#),

D E C R E T A:

Objeto

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas na administração pública federal e regulamenta o [art. 5º da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020](#), quanto ao nível mínimo exigido para a assinatura eletrônica em interações com o ente público.

Âmbito de aplicação

Art. 2º Este Decreto aplica-se à:

I - interação eletrônica interna dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;



II - interação entre pessoas naturais ou pessoas jurídicas de direito privado, diretamente ou por meio de procurador ou de representante legal, e os entes públicos de que trata o inciso I; e

III - interação eletrônica entre os entes públicos de que trata o inciso I e outros entes públicos de qualquer Poder ou ente federativo.

Parágrafo único. O disposto neste Decreto não se aplica:

I - aos processos judiciais;

II - à interação eletrônica:

a) entre pessoas naturais ou entre pessoas jurídicas de direito privado;

b) na qual seja permitido o anonimato; e

c) na qual seja dispensada a identificação do particular;

III - aos sistemas de ouvidoria de entes públicos;

IV - aos programas de assistência a vítimas e a testemunhas ameaçadas;

V - às outras hipóteses nas quais deva ser dada garantia de preservação de sigilo da identidade do particular na atuação perante o ente público; e

VI - às interações, sem participação da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional, que envolvam:

a) outros Poderes;

b) órgãos constitucionalmente autônomos;

c) outros entes federativos;

d) empresas públicas; ou

e) sociedades de economia mista.

Conceitos

Art. 3º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - interação eletrônica - o ato praticado por particular ou por agente público, por meio de edição eletrônica de documentos ou de ações eletrônicas, com a finalidade de:

a) adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir ou declarar direitos;

b) impor obrigações; ou

c) requerer, peticionar, solicitar, relatar, comunicar, informar, movimentar, consultar, analisar ou avaliar documentos, procedimentos, processos, expedientes, situações ou fatos;

II - validação biométrica - confirmação da identidade da pessoa natural mediante aplicação de método de comparação estatístico de medição biológica das características físicas de um indivíduo com objetivo de identificá-lo unicamente com alto grau de segurança;

III - validação biográfica - confirmação da identidade da pessoa natural mediante comparação de fatos da sua vida, tais como nome civil ou social, data de nascimento, filiação, naturalidade, nacionalidade, sexo, estado civil, grupo familiar, endereço e vínculos profissionais, com o objetivo de identificá-la unicamente com médio grau de segurança; e



IV - validador de acesso digital - órgão ou entidade, pública ou privada, autorizada a fornecer meios seguros de validação de identidade biométrica ou biográfica em processos de identificação digital.

Níveis mínimos para assinatura eletrônica

Art. 4º Os níveis mínimos para as assinaturas em interações eletrônicas com a administração pública federal direta, autárquica e fundacional são:

I - assinatura simples - admitida para as hipóteses cujo conteúdo da interação não envolva informações protegidas por grau de sigilo e não ofereça risco direto de dano a bens, serviços e interesses do ente público, incluídos:

a) a solicitação de agendamentos, atendimentos, anuências, autorizações e licenças para a prática de ato ou exercício de atividade;

b) a realização de autenticação ou solicitação de acesso a sítio eletrônico oficial que contenha informações de interesse particular, coletivo ou geral, mesmo que tais informações não sejam disponibilizadas publicamente;

c) o envio de documentos digitais ou digitalizados e o recebimento de número de protocolo decorrente da ação;

d) a participação em pesquisa pública; e

e) o requerimento de benefícios assistenciais, trabalhistas ou previdenciários diretamente pelo interessado;

II - assinatura eletrônica avançada - admitida para as hipóteses previstas no inciso I e nas hipóteses de interação com o ente público que, considerada a natureza da relação jurídica, exijam maior garantia quanto à autoria, incluídos:

a) as interações eletrônicas entre pessoas naturais ou pessoas jurídicas de direito privado e os entes públicos que envolvam informações classificadas ou protegidas por grau de sigilo;

b) os requerimentos de particulares e as decisões administrativas para o registro ou a transferência de propriedade ou de posse empresariais, de marcas ou de patentes;

c) a manifestação de vontade para a celebração de contratos, convênios, acordos, termos e outros instrumentos sinalagmáticos bilaterais ou plurilaterais congêneres;

d) os atos relacionados a autocadastro, como usuário particular ou como agente público, para o exercício de atribuições, em sistema informatizado de processo administrativo eletrônico ou de serviços;

e) as decisões administrativas referentes à concessão de benefícios assistenciais, trabalhistas, previdenciários e tributários que envolvam dispêndio direto ou renúncia de receita pela administração pública;

f) as declarações prestadas em virtude de lei que constituam reconhecimento de fatos e assunção de obrigações;

g) o envio de documentos digitais ou digitalizados em atendimento a procedimentos administrativos ou medidas de fiscalização; e

h) a apresentação de defesa e interposição de recursos administrativos; e

III - assinatura eletrônica qualificada - aceita em qualquer interação eletrônica com entes públicos e obrigatória para:



a) os atos de transferência e de registro de bens imóveis, ressalvados os atos realizados perante as juntas comerciais;

b) os atos assinados pelo Presidente da República e pelos Ministros de Estado; e

c) as demais hipóteses previstas em lei.

§ 1º A autoridade máxima do órgão ou da entidade poderá estabelecer o uso de assinatura eletrônica em nível superior ao mínimo exigido no **caput**, caso as especificidades da interação eletrônica em questão o exijam.

§ 2º A exigência de níveis mínimos de assinatura eletrônica não poderá ser invocada como fundamento para a não aceitação de assinaturas realizadas presencialmente ou derivadas de procedimentos presenciais para a identificação do interessado.

§ 3º A assinatura simples de que trata o inciso I do **caput** será admitida para interações eletrônicas em sistemas informatizados de processo administrativo ou de atendimento a serviços públicos, por parte de agente público, exceto nas hipóteses do inciso III do **caput**.

Fornecimento dos meios de acesso

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional adotará mecanismos para prover aos usuários a capacidade de utilizar assinaturas eletrônicas para as interações com entes públicos, respeitados os seguintes critérios:

I - para a utilização de assinatura simples, o usuário poderá fazer seu cadastro pela internet, mediante autodeclaração validada em bases de dados governamentais;

II - para a utilização de assinatura avançada, o usuário deverá realizar o cadastro com garantia de identidade a partir de validador de acesso digital, incluída a:

a) validação biográfica e documental, presencial ou remota, conferida por agente público;

b) validação biométrica conferida em base de dados governamental; ou

c) validação biométrica, biográfica ou documental, presencial ou remota, conferida por validador de acesso digital que demonstre elevado grau de segurança em seus processos de identificação; e

III - para utilização de assinatura qualificada, o usuário utilizará certificado digital, nos termos da [Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001](#).

§ 1º Compete à Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia autorizar os validadores de acesso digital previstos no inciso II do **caput**.

§ 2º O órgão ou entidade informará em seu sítio eletrônico os requisitos e os mecanismos estabelecidos internamente para reconhecimento de assinatura eletrônica avançada.

§ 3º Constarão dos termos de uso dos mecanismos previstos no **caput** as orientações ao usuário quanto à previsão legal, à finalidade, aos procedimentos e às práticas utilizadas para as assinaturas eletrônicas, nos termos do [inciso I do caput do art. 23 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#).

Assinaturas na Plataforma de Cidadania Digital

Art. 6º As contas digitais na Plataforma de Cidadania Digital, prevista no [Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016](#), podem realizar assinaturas eletrônicas, respeitados os níveis mínimos previstos no art. 4º deste Decreto.



Responsabilidade dos usuários

Art. 7º Os usuários são responsáveis:

I - pela guarda, pelo sigilo e pela utilização de suas credenciais de acesso, de seus dispositivos e dos sistemas que provêm os meios de autenticação e de assinatura; e

II - por informar ao ente público possíveis usos ou tentativas de uso indevido.

Suspensão de acesso

Art. 8º Em caso de suspeição de uso indevido das assinaturas eletrônicas de que trata este Decreto, a administração pública federal poderá suspender os meios de acesso das assinaturas eletrônicas possivelmente comprometidas, de forma individual ou coletiva.

Competências do ITI

Art. 9º O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI:

I - em ato conjunto com a Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, definirá os padrões criptográficos referenciais para as assinaturas avançadas nas comunicações que envolvam a administração pública federal direta, autárquica e fundacional; e

II - poderá atuar, em conformidade com as políticas e as diretrizes do Governo federal, junto a pessoas jurídicas de direito público interno no apoio técnico e operacional relacionado à criptografia, à assinatura eletrônica, à identificação eletrônica e às tecnologias correlatas.

Normas complementares

Art. 10. O Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia poderá expedir atos complementares para o cumprimento do disposto neste Decreto.

Parágrafo único. Em caso de dúvida ou divergência quanto aos critérios definidos no art. 4º, caberá à Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia orientar e esclarecer junto aos órgãos e às entidades da administração pública federal os níveis mínimos para assinatura admitidos.

Atos durante a pandemia

Art. 11. A utilização da assinatura simples será admitida nos casos previstos nas alíneas "b" e "c" do inciso II do **caput** do art. 4º durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da **COVID-19** de que trata a [Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020](#), se necessário para a redução de contatos presenciais ou para a realização de atos que, de outro modo, ficariam impossibilitados.

Adaptação do processo administrativo eletrônico

Art. 12. O [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º A autoria, a autenticidade e a integridade dos documentos e da assinatura, nos processos administrativos eletrônicos, poderão ser obtidas por meio dos padrões de assinatura eletrônica definidos no Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020." (NR)

Regras transitórias

Art. 13. Até 1º de julho de 2021, os órgãos e as entidades da administração pública federal deverão:



I - adequar os sistemas de tecnologia da informação em uso, para que a utilização de assinaturas eletrônicas atenda ao previsto neste Decreto; e

II - divulgar na Carta de Serviços ao Usuário os níveis de assinatura eletrônica exigidos nos seus serviços, nos termos do [art. 11 do Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017](#).

Revogações

Art. 14. Ficam revogados:

I - o [Decreto nº 3.996, de 31 de outubro de 2001](#);

II - o [Decreto nº 4.414, de 7 de outubro de 2002](#); e

III - os [§ 1º e § 2º do art. 6º do Decreto nº 8.539, de 2015](#).

Vigência

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de novembro de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Paulo Guedes

Walter Souza Braga Netto

Jorge Antonio de Oliveira Francisco

Presidente da República Federativa do Brasil

Fonte: GOV. Federal – BR – Imprensa Nacional - DF

Data: 26/04/2022



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

LUCRO TRIMESTRAL DA ADM SALTA 53% COM OFERTA LIMITADA DE COMMODITIES ESSENCIAIS

Informação: Moneytimes (26 de abril de 2022)

A Archer-Daniels-Midland divulgou nesta terça-feira um salto de 53% em seu lucro do primeiro trimestre, uma vez que a trading global de grãos foi ajudada pela maior demanda e pela oferta apertada de safras.

Comerciantes de grãos têm visto maior demanda por commodities que são embarcadas ao redor do mundo, depois que a guerra Rússia-Ucrânia interrompeu os envios da região do Mar Negro.

As duas nações em conflito fornecem 29% das exportações mundiais de trigo, um quinto do milho comercializado globalmente e cerca de 80% do óleo de girassol.

As ações da ADM subiram 33,5% durante o primeiro trimestre depois que os preços das commodities alimentícias dispararam.

“Olhando para o futuro, esperamos que a oferta reduzida de safras –causada pela fraca safra de canola canadense, as colheitas menores da América do Sul e agora as interrupções na região do Mar Negro– impulsione o aperto contínuo nos mercados globais de grãos nos próximos anos”, disse o CEO da companhia, Juan Luciano, em um comunicado.

O lucro líquido atribuível à ADM foi de 1,05 bilhão de dólares, ou 1,86 dólares por ação, nos três meses encerrados em 31 de março, comparado a 689 milhões de dólares, ou 1,22 dólar por ação, há um ano.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 26/04/2022

GRÃOS DA UCRÂNIA CHEGAM A PORTO ROMENO NO MAR NEGRO

Informação: Moneytimes (26 de abril de 2022)

A Ucrânia enviou cerca de 80.000 toneladas de grãos para o porto romeno de Constanta, no Mar Negro, até o momento, com previsão de chegada de mais volumes, disse o gerente do porto nesta terça-feira.

Os portos marítimos da Ucrânia estão bloqueados desde a invasão russa há dois meses e o país, um grande produtor agrícola, foi forçado a exportar por trem através de sua fronteira ocidental ou por meio de seus pequenos portos do rio Danúbio para a Romênia.

A Romênia, membro da União Europeia, compartilha fronteiras do Mar Negro –uma importante artéria de transporte de grãos e petróleo– com a Bulgária, Turquia, Geórgia e Ucrânia.

“Há cerca de 80.000 toneladas de grãos que já chegaram, estão armazenados em silos, parte deles foi carregado no navio”, disse à Reuters o gerente do Porto de Constanta, Florin Goidea.

“Outras cerca de 80.000 toneladas estão aprovadas e a caminho.”

Os grãos chegaram por ferrovias ou barcaças pelo rio Danúbio, disse Goidea, acrescentando que o porto tem capacidade para lidar com a exportação adicional de grãos.

O porto, que tem uma capacidade de armazenamento de cerca de 2 milhões de toneladas, movimentou exportações no volume de cerca de 24 milhões de toneladas no ano passado.

No início deste mês, o ministro dos Transportes da Romênia, Sorin Grindeanu, disse que o governo, que renunciou às taxas de serviços portuários para carga ucraniana, planeja reabrir uma linha de trem da era soviética em seu porto de Galati, no rio Danúbio, o que ajudaria a acelerar o transporte de grãos.

Não ficou claro quando a linha, que precisa de reabilitação, será reaberta.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 26/04/2022

GOVERNO DE SP ANUNCIA TROCA NO COMANDO DAS POLÍCIAS CIVIL E MILITAR

Informação: Governo do Estado de São Paulo (26 de abril de 2022)



Foto: Governo do Estado de São Paulo

O governador Rodrigo Garcia anunciou nesta segunda-feira (25) o novo comando das polícias de São Paulo. Para o Comando Geral da PM assume o coronel Ronaldo Miguel Vieira, que estava no Comando do Batalhão de Choque. O novo Delegado-Geral é Osvaldo Nico Gonçalves, que até então era responsável pelo Departamento de Operações Policiais Estratégicas (DOPE).



Rodrigo Garcia destacou que ambos os novos comandantes vêm de tropas especiais e operacionais das polícias. Ele ainda anunciou que pretende na próxima semana dar início a uma série de medidas de combate à criminalidade já com o novo comando das polícias à frente das operações.

Ronaldo Miguel Vieira, de 51 anos, ingressou na PM em 1989 e foi promovido a coronel em 2019. Esteve à frente dos comandos de Policiamento de Área Metropolitano-1, Casa Militar, Regimento de Polícia Montada 9 de Julho e de cinco batalhões. Chefiou a Divisão Operacional do Comando de Policiamento de Choque e atuou como comandante de Companhia Territorial e do Policiamento de Área.

O delegado Nico, de 65 anos, ocupava o cargo de diretor do DOPE. Ele ingressou na Polícia Civil em 1979, como investigador. Mas foi como delegado que se destacou pela experiência na rua no combate à criminalidade.

Foi o fundador do primeiro Grupo de Operações Especiais (GOE). Chefiou ainda as equipes do Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC), do Grupo Armado de Repressão a Roubos (GARRA), do Grupo Especial de Resgate – GER (DEIC), unidade especializada na soltura e livramento de reféns, e foi delegado de polícia na Capital, estando à frente de grandes eventos, como a visita do Papa em 2007 e a Copa do Mundo de 2014. Nico assumiu o comando do DOPE em 2019.

“Agradeço o empenho, dedicação e exemplo do coronel Alencar, que liderou a PM nos últimos 2 anos, e do delegado Ruy Ferraz, que comandou a Polícia Civil de São Paulo”, disse Rodrigo.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 26/04/2022

PORTO DE CABEDELLO É O PRIMEIRO DO PAÍS A TER 100% DAS SUAS ÁREAS REGULARIZADAS

Informação: Agência Porto (26 de abril de 2022)

Ação do Governo Federal, por meio dos ministérios da Infraestrutura e da Economia, permitiu a primeira regularização de 100% das áreas do Porto de Cabedelo, administrado pela Companhia Docas da Paraíba. Com o processo, os valores arrecadados serão reinvestidos no próprio porto, que em 2021 movimentou 1.319.129 milhão de toneladas de gêneros como combustíveis, grãos e petcoke (produto sólido resultante da destilação do petróleo).

O processo de regularização das áreas da poligonal do Porto de Cabedelo foi iniciado em 2004 e priorizado nos últimos anos. É um processo histórico que durou quase 20 anos, e que envolve uma área de quase 300.000m², movimentando 1,3 milhão de toneladas/ano. Com a cessão, o estado da Paraíba recebe da União um investimento de mais de R\$ 140 milhões para promover melhorias na infraestrutura do porto, aumentando o fluxo de exportações e qualificando a área para receber cruzeiros.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 26/04/2022

SPA PROMOVE SEU SEGUNDO ‘INVESTORS DAY’

Informação: Santos Port Authority (26 de abril de 2022)

A Santos Port Authority (SPA) realiza, nesta terça-feira (26), a partir das 8h30, seu segundo “investors day”, o SPA Day 2022. Na oportunidade serão apresentados os resultados da Companhia em 2021, perspectivas, oportunidades de negócios e a evolução do processo de desestatização.

O evento é voltado para o mercado de capitais e potenciais investidores, tais quais fundos de pensão e de investimentos, empresas que já atuam no Porto de Santos, operadores logísticos e

grupos de investimentos em infraestrutura. Será exclusivamente presencial e realizado no Clube de Regatas Saldanha da Gama, em Santos.

“Esta segunda edição do SPA Day reforça a estratégia de reporte sistemático de resultados e comunicação direta com stakeholders. Nosso objetivo é estar no mesmo nível de transparência das melhores empresas de capital aberto. Esta edição é uma oportunidade única, uma vez que será o último evento desse porte antes da desestatização do Porto de Santos”, afirma o diretor de Administração e Finanças da SPA, Marcus Mingoni.

O SPA Day será gravado e posteriormente disponibilizado no Youtube da SPA (<https://www.youtube.com/c/PortodeSantosBRASIL>).

A programação está em <http://www.portodesantos.com.br/2022/04/11/spa-day-26-04-2022/>.

Sobre a Santos Port Authority

A Santos Port Authority é uma empresa pública vinculada à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) do Ministério da Infraestrutura (Minfra). É responsável pelo planejamento logístico e pela administração da infraestrutura do Porto Organizado de Santos, o maior da América Latina, por onde passam 28% das trocas comerciais brasileiras. Com 15,5 quilômetros quadrados, o complexo portuário está localizado a 70 quilômetros da Grande São Paulo e possui 55 terminais, sendo 41 arrendamentos, 8 retroportuários e 6 terminais de uso privado (TUPs), situados em duas margens, uma em Santos (direita) e outra em Guarujá (esquerda).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 26/04/2022



JORNAL O GLOBO – RJ

BNDES VAI ESTRUTURAR PROJETOS DE INFRAESTRUTURA PARA ESCOLAS PÚBLICAS E DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Banco vai conectar projetos e interessados e liberar recursos para propostas específicas, como fornecimento de material escolar e formação de professores

Por Glauce Cavalcanti e Janaina Lage



Estrutura: Programa para implantar saneamento em escolas na região do Marajó poderá ser replicado em outras áreas Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil

RIO - O BNDES começa a colocar em marcha um antigo projeto do banco, o de ingressar no setor de educação. As iniciativas focam na oferta de infraestrutura para a rede pública de ensino — com projetos de saneamento, água e conectividade — e na qualificação profissional de estudantes.

Desde 2016, na gestão de Maria Sílvia Bastos Marques, o banco já falava na intenção de investir em capital humano. A estreia, diz Bruno Aranha, diretor de Crédito Produtivo e Socioambiental do BNDES, marca os 40 anos em que o S de social passou a fazer parte do nome da instituição:



— Percebemos a necessidade de o banco focar de forma mais estruturada em educação. No ano passado, com a pandemia e o lançamento de vários produtos emergenciais nesse contexto, tivemos reuniões de planejamento estratégico nas quais isso ficou claro.

A entrada do BNDES no segmento pode dar algum alento ao governo na área de educação. O Ministério da Educação já está no quinto ministro em menos de quatro anos. O quarto deles perdeu o cargo recentemente após a abertura de uma investigação por suspeita de favorecimento na liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tendo dois pastores como intermediários.

De modo geral, o banco vai entrar no que sabe fazer: conectar projetos e interessados e liberar recursos para propostas específicas, como fornecimento de material escolar e formação de professores.

Os recursos serão destinados por meio do Fundo Socioambiental (a fundo perdido) ou por meio de matchfunding (a cada R\$ 1 do setor privado ou outros entes, o banco entra com R\$ 1). Mas o banco deixa claro que não faz parte do escopo a avaliação do conteúdo. O trabalho tem parceria com MEC, Ministério da Cidadania, estados e municípios.

Projeto piloto em Marajó

O foco em infraestrutura é quase extensão natural do trabalho do banco, que, nos últimos anos, tornou-se responsável pela estruturação de projetos de privatização em saneamento. Nesta semana, um projeto piloto terá o edital lançado para fornecer tratamento de esgoto para 450 escolas nas 16 municípios que compõem a região do Marajó, no Pará.

Serão necessários R\$ 48 milhões em investimentos, dos quais R\$ 20 milhões virão do Fundo Socioambiental do banco. Os demais recursos devem vir do setor privado. Segundo Aranha, potenciais interessados poderiam incluir desde empresas privadas de saneamento até bancos e investidores com interesse em ampliar a presença na Região Norte.

Se o projeto for bem-sucedido, poderá ser replicado em outras áreas que ainda não dispõem da infraestrutura básica.

— O banco tem feito esforço bem-sucedido no saneamento. Levar isso às escolas é a extensão natural — frisa Claudio Frischtak, à frente da Inter.B Consultoria. — O ponto de partida é a constatação de que nossa infraestrutura da educação é super frágil, falta o básico. E de que, mesmo no novo marco do saneamento, que é excelente, sendo a privatização dos serviços essencial, vai continuar faltando saneamento em áreas rurais e isoladas.

Dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram que, em 2020, 35,8 mil escolas da rede pública não tinham coleta de esgoto. São mais de 26,5% do total. Havia ainda 4.325 unidades sem banheiro ou 3,2% das 135.051 escolas.

Crianças que vivem sem acesso a água e tratamento de esgoto são mais vulneráveis a doenças de veiculação hídrica, como diarreia e verminoses, diz o economista que estuda a ligação entre as duas áreas. A consequência vem em maior afastamento escolar, pior nutrição e, com isso, impacto no aprendizado dos alunos, que apresentam maior taxa de absenteísmo e evasão escolar.

Na vida adulta, tendem a se tornar trabalhadores menos qualificados e com renda menor em relação aos que cresceram em áreas com saneamento.

PPPs para creches

Outras iniciativas em curso asseguram a criação de Parcerias Público-Privadas para construção e gestão de creches. Já há parcerias firmadas em Teresina e Recife. O objetivo é sair do ciclo de



inauguração de empreendimentos e posterior deterioração em razão da burocracia para a administração no setor público.

Para Sergio Lazzarini, professor do Insper, o redirecionamento do banco para atuar em áreas onde o setor privado não entra faz sentido:

— Precisa ter governança muito bem feita para ter o cuidado de não despejar mais recursos para serem mal utilizados por prefeituras. PPP em infraestrutura é legal. Mas, de novo, tem de desenhar direito para ver como vai ser o processo de inserção do pessoal privado, o processo licitatório.

Haverá também um programa executado pela Fundação Banco do Brasil para construir cisternas em escolas no Nordeste, em ação que pode alcançar até 160 mil alunos.

Aranha afirma que o acordo de cooperação técnica assinado entre o BNDES e o Ministério da Cidadania prevê o uso do levantamento sobre as escolas, metodologia e referências do Programa Cisternas.

Em outra frente, o banco faz parte de um programa de Educação Conectada, que busca mapear projetos para uso da tecnologia na educação e conta com financiadores como a Fundação Lemman, Itaú Social, B2W Digital e a Cisco.

O outro braço da estreia do banco no setor é a qualificação profissional com projetos taylor made (feitos sob medida) para a realidade de cada localidade. A ideia é aproveitar os 40% de aulas eletivas na grade do novo ensino médio para fomentar competências que podem ser usadas na região, como a bioeconomia na Amazônia Legal. As propostas nascem a partir da demanda local.

— Vai ser feito diagnóstico da cadeia produtiva. A partir daí serão produzidos cursos técnicos customizados e material de implementação — afirmou Aranha, lembrando que, no caso da Amazônia Legal, cujo edital deve ser liberado esta semana, estão incluídas atividades como gestão de reflorestamento e turismo.

Para os que já não estão mais nos bancos escolares, a ideia é fomentar programas de empreendedorismo para gerar emprego e renda na população de baixa renda.

Iniciativas em curso

1 - Saneamento nas escolas

A experiência piloto será em unidades com até 50 alunos na região de Marajó, no Pará, podendo alcançar 13 mil alunos de 450 escolas.

2 - Cisternas no Nordeste

Busca dar acesso à água em escolas de áreas rurais do Nordeste, em cerca de 2.150 a 3 mil unidades, onde estudam entre 110 mil e 160 mil alunos.

3 - Educação conectada

Foca no uso de tecnologias para uso pedagógico, incluindo formação de professores, recursos digitais e infraestrutura. Já em curso em 11 municípios.

4 - Inclusão produtiva

Busca fomentar o empreendedorismo e a qualificação da população de baixa renda. O BNDES entra com 50% dos R\$ 40 milhões em aportes este ano.

5 - Bioeconomia no ensino médio

Nesta semana sai o edital para formatar curso de formação técnica e profissional voltado para cadeias de bioeconomia na Amazônia Legal.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 26/04/2022

CAMPOS NETO DIZ QUE FALTA DE AUTONOMIA 'MAIS AMPLA' DIFICULTA TRABALHO DO BANCO CENTRAL

Presidente da autoridade lembrou que o modelo idealizado por seu avô operacional, administrativa e financeira. Atualmente, BC tem apenas a autonomia operacional

Por Manoel Ventura



O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, neto do homenageado em sessão do Congresso Foto: Geraldo Magela / Agência Senado

BRASÍLIA — O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, criticou nesta terça-feira a falta de uma autonomia "mais ampla" para a autoridade monetária e disse que essa condição gera dificuldades para a condução do dia a dia da instituição.

A fala de Campos Neto ocorre num momento em que os servidores do BC estão fazendo um movimento de greve em busca de reajustes salariais. O governo já sinalizou com um aumento linear de 5% para todo o funcionalismo federal.

Campos Neto discursou durante sessão solene do Congresso Nacional em homenagem aos 105 anos do nascimento do economista Roberto Campos, seu avô e criador do Banco Central do Brasil.

— Hoje nós vivemos aí a realidade de ter uma autonomia operacional sem ter uma autonomia administrativa e financeira e a gente vê a dificuldade que no dia a dia de conduzir o Banco Central sem ter uma autonomia mais ampla — disse Campos Neto.

O Banco Central ganhou autonomia operacional — mas não financeira e administrativa — após o Congresso aprovar uma lei nesse sentido no ano passado. Isso significa mandato fixo para os seus diretores e presidente, além de liberdade na condução da política monetária. Por outro lado, não pode, por exemplo, conceder reajustes para servidores por decisão própria.

Campos Neto lembrou que a lei de criação BC dava total autonomia para a instituição, mas isso acabou três anos depois.

— De fato, Roberto Campos foi um dos principais responsáveis pela criação do Banco Central e um grande defensor de sua autonomia. A lei 4595, de 1964, que criou o Banco Central, garantiu autonomia operacional, financeira e administrativa, inclusive com mandato fixo para seus presidentes e diretores — disse o presidente.

Ele completou, reforçando a necessidade de autonomia operacional, financeira e administrativa:

— Infelizmente, essa autonomia, que é moderna até para os padrões de hoje, durou apenas até 1967. E aí, olhando as notas do meu avô do período, ele dizia por que era importante ter as três autonomias e o que causaria ter uma autonomia sem ter as demais — disse.

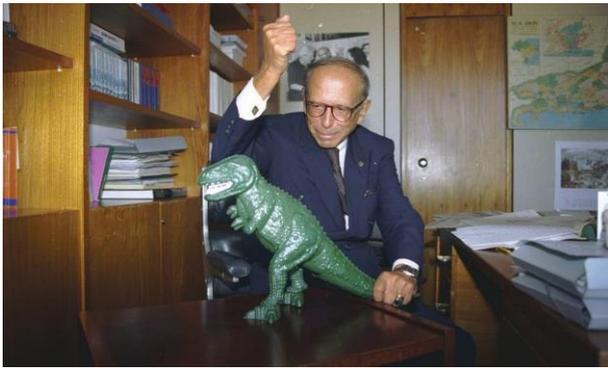
Legado do avô

Campos Neto falou também sobre o legado do avô, mencionando em particular o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), adotado durante o primeiro governo do período da ditadura militar. Uma das medidas era justamente a autonomia do Banco Central.

— Meu avô, senhoras e senhores, não foi somente um dos principais porta-vozes do pensamento liberal no Brasil. Ele foi um homem sempre fiel às suas ideias e que trabalhou intensamente pelo seu País. Sua trajetória de vida na esfera pública é bem conhecida — disse.

Roberto Campos, nascido em 17 de abril de 1917 e morto em 2001, era um defensor intransigente da livre iniciativa. Chamava Petrobras de Petrossauro, condenando enfaticamente o monopólio da atividade e combateu com veemência a reserva de mercado da informática, adotada em 1984 e que permaneceu até 1992. Participou da criação do Banco Mundial e do FMI.

— Após diplomar-se em Teologia e Filosofia, iniciou sua vida pública no Itamaraty. No segundo Governo Vargas, contribuiu para a criação do BNDES. Também atuou no governo Juscelino Kubitschek, na elaboração do Plano de Metas. No Governo Castello Branco, foi Ministro do Planejamento — lembrou Campos Neto.



Roberto Campos em seu gabinete no Congresso Nacional, em 1995 Foto: Sergio MarquesArquivo / Arquivo/7-6-1995

— Com o Programa de Ação Econômica do Governo, o famoso PAEG, contribuiu para a estabilização da inflação e para a realização de importantes reformas estruturais, como a reforma tributária e a do sistema financeiro, que incluiu uma reforma bancária e a criação do Banco Central do Brasil — disse o atual chefe do BC.

Indulto: Lula diz que benefício dado a Daniel Silveira foi 'decisão estúpida' de Bolsonaro

Também foi embaixador do Brasil em Washington e em Londres, deputado federal e senador. Como senador, Roberto Campos participou da Assembleia Nacional Constituinte atuando principalmente na defesa das liberdades individuais e econômicas, da redução da intervenção do Estado na economia, do intercâmbio tecnológico entre Brasil e outros países e do tratamento homogêneo ao capital.

— No entanto, pode-se dizer nas discussões sobre o texto da Constituição que ele obteve muito mais derrotas do que vitórias. Desse total de 186 emendas propostas por ele, apenas 24 foram aprovadas e 28 parcialmente aprovadas — afirmou o neto.

Campos Neto lembrou que seu avô fez duras críticas ao texto constitucional.

— Para ele, a Constituição de 1988 estabeleceu um amplo conjunto de direitos nem sempre compatíveis com as fontes de receita, atribuiu ao Estado o papel fundamental em empreendimentos estratégicos e apresentou em sua forma final um caráter anacrônico, muitas vezes não aliado com o avanço da globalização e do livre mercado, o que dificultava a criação de um ambiente favorável à livre iniciativa, à acumulação de capital e ao progresso tecnológico — recorda.

Além disso, Roberto Campos discordava do modelo tributário e previdenciário contido no texto constitucional.

— Suas previsões quanto às dificuldades de gerenciamento das finanças públicas impostas pela nova Constituição tornaram-se logo reais — disse o chefe do BC.

Para Campos Neto, seu avô ficaria contente em saber da aprovação da Reforma Previdenciária, da Lei de Autonomia do Banco Central e, mais recentemente, da modernização cambial.



DÓLAR SE APROXIMA DOS R\$ 5 COM EXTERIOR, E BC FAZ LEILÃO. BOLSA CAI, PRESSIONADA POR BANCOS

Aperto monetário mais forte por parte do Banco Central americano e Covid-19 na China seguem pressionando real. Na cena interna, papéis do Santander cedem após balanço

Por Vitor da Costa

RIO — O dólar segue sua trajetória de alta ante o real, aproximando-se dos R\$ 5, e a Bolsa cai nesta terça-feira. Nos mercados, continuam as preocupações com o crescimento mundial, intensificadas pelas restrições sanitárias na China e pelo temor de um aperto monetário agressivo por parte do Federal Reserve, Banco Central americano.

Na cena interna, o destaque vai para a reestrea do Boletim Focus, relatório semanal divulgado pelo Banco Central (BC), e para a temporada de balanços do primeiro trimestre deste ano, com os dados do Santander.

As perspectivas econômicas mais adversas levavam a um novo dia de valorização da moeda americana no exterior

Por volta de 14h35, a moeda americana tinha alta de 1,77%, negociada a R\$ 4,9616 após atingir a máxima de R\$ 4,9996.

No mesmo horário, o Ibovespa caía 1,77%, aos 108.721 pontos, pressionado pelos papéis de bancos.

BC faz intervenção

O terceiro dia consecutivo de alta da divisa fez com que o BC anunciasse um leilão extraordinário de até 10 mil contratos de swap cambial. Todos os contratos foram vendidos, totalizando o valor de US\$ 500 milhões.

A oferta líquida de swaps tradicionais é a primeira desde o leilão realizado em 22 de dezembro de 2021. Após o anúncio, o dólar teve leve desaceleração em seus ganhos.

Na sexta-feira, dia em que o dólar subiu 4,04%, a autoridade monetária já havia realizado o primeiro leilão à vista de dólares no ano. Na ocasião, o BC vendeu 571 milhões de dólares.

O comportamento da divisa reflete a procura por ativos seguros diante das perspectivas de altas de juros mais agressivas por parte do Fed

Receios sobre crescimento global

O economista-chefe da Frente Corretora, Fabrizio Velloni, também destaca que, após as medidas de restrição, crescem no mercado as preocupações com o crescimento chinês para o restante do ano.

Na China, o avanço da Covid-19 tem obrigado as autoridades do governo a realizarem testes em massa na população de Pequim.

O temor é que a capital chinesa seja submetida ao mesmo nível de restrições que ocorrem no importante centro financeiro de Xangai. A cidade já enfrenta a quinta semana de restrições.

A possibilidade de desaceleração da economia chinesa tende a impactar o mercado de commodities e, por tabela, as moedas de países exportadores desses produtos, como é o caso brasileiro.



— O mercado está tentando ver como a China conseguirá se recuperar para a retomada da produção industrial, que já estava fraca. Com isso, você terá uma demanda menor por commodities e isso influencia diretamente o Brasil. A tendência é do Brasil sofrer mais e (o dólar) voltar a uma cotação mais elevada — disse Velloni.

Além disso, as paralisações de atividades no país asiático tendem a pressionar mais os gargalos nas cadeias produtivas, que ainda se recuperavam dos impactos dos últimos dois anos.

O Banco Central do país voltou a prometer medidas de apoio à economia, citando financiamentos para pequenas empresas e a manutenção de um ambiente saudável para os mercados financeiros

Sobre o Fed, Velloni afirma que os investidores já esperam por uma alta mais agressiva dos juros, especialmente nas próximas duas reuniões.

A respeito da alta do dólar, vale ressaltar o movimento de correção, levando em conta que o real tem um dos melhores desempenhos ante a moeda americana no ano, e a menor entrada de fluxo estrangeiro no mercado brasileiro em abril. Até o fechamento de segunda-feira, a moeda americana caía 12,54% contra o real.

— O investidor enxergou que já tinha chegado em um valor que dá para realizar. E como eles entraram muito em papéis ligados a commodities, acabam saindo, ainda mais com essa tendência de risco global — afirma Velloni.

Para o economista-chefe da Frente Corretora, há espaço para que o dólar se valorize mais nos próximos meses. Além do cenário externo mais desafiador, ele cita a proximidade com o período eleitoral e os embates recentes entre os Poderes.

— O dólar deve voltar a um patamar mais elevado. Acredito que ele trabalhe em um patamar acima de R\$ 5 em maio e junho. A cotação de R\$ 4,60 foi uma janela, que já tinha se fechado

Santander lucra R\$ 4 bi no 1º trimestre, e ações caem

O Santander reportou lucro gerencial líquido de R\$ 4,005 bilhões no primeiro trimestre do ano, alta de 1,3% na comparação anual e de 3,2% ante o trimestre anterior.

O lucro líquido societário foi de R\$ 3,496 bilhões, avanço de 40,1% na mesma base de comparação e de 3,9% na margem.

As despesas líquidas com provisões para devedores duvidosos (PDD) ficaram em R\$ 4,612 bilhões. O número representa alta de 45,9% em relação ao primeiro trimestre de 2021 e de 24,9% ante o trimestre anterior.

O resultado veio abaixo da expectativa dos analistas, o que pressionava as ações do banco e os demais papéis do setor financeiro.

Em relatório, analistas do UBS BB avaliam que os resultados devem causar um impacto negativo no preço das ações no curto prazo.

“As tendências operacionais do banco nos decepcionaram devido a uma ligeira contração sequencial nos empréstimos, um aumento adicional no índice de inadimplência e no custo do risco, juntamente com uma fraca receita de taxas de serviço. A margem com clientes foi boa, mas com resultados comerciais muito fracos”, destacaram os analistas Thiago Batista e Olavo Arthuzo.

As units do banco (SANB11) caíram 4,52%.



As preferenciais do Itaú (ITUB4, sem direito a voto) e do Bradesco (BBC4) tinham quedas de 2,97% e 4,55%, respectivamente.

As ordinárias do Banco do Brasil (BBAS3, com direito a voto) caíam 2,59%.

As ordinárias da Petrobras (PETR3) subiam 0,97% e as preferenciais (PETR4), 0,80%.

Os papéis ON da Vale (VALE3) cediam 0,40% e os da Siderúrgica Nacional (CSNA3), 3,92%.

As preferenciais da Usiminas (USIM5) caíam 2,71%.

Boletim Focus: mais inflação

No Brasil, o BC voltou a divulgar o Boletim Focus. O relatório mostra uma elevação das expectativas de inflação para este e para o próximo ano.

Para o término de 2022, a projeção saltou de 7,46% para 7,65%. O número é bem superior ao teto da meta do BC, que é de 5%.

Elétricos: Plataforma de aplicativo 99 e mais oito empresas lançam iniciativa para ampliar uso do carro elétrico no Brasil

Para o fim de 2023, houve alta de 3,91% para 4%.

A estimativa para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano subiu de 0,56% para 0,65%. Para o término do próximo ano, houve corte de 1,12% para 1%.

No caso da Selic, a previsão para o fim deste ano passou de 13,05% para 13,25. Já para o fim de 2023, a taxa permaneceu inalterada em 9%.

Petróleo sobe

Os preços dos contratos futuros do petróleo apresentavam altas pela manhã, na tentativa de se recuperarem dos fortes tombos vistos na véspera diante das incertezas sobre a China.

Por volta de 14h20, no horário de Brasília, o contrato para junho do petróleo tipo Brent subia 3,63%, negociado a US\$ 106,03, o barril.

Já o preço para o contrato do mesmo mês do tipo WT avançava 4,01%, cotado a US\$ 102,49, o barril.

Bolsas no exterior

As bolsas americanas operavam com quedas, com os investidores atentos a temporada de balanços do primeiro trimestre. Por volta de 14h30, em Brasília, o índice Dow Jones cedia 1,84% e o S&P, 2,03%. A Bolsa Nasdaq caía 3,19%.

Na Europa, as bolsas fecharam com direções contrárias. No mesmo horário, a Bolsa de Londres subia 0,08% e a de Frankfurt cedia 1,20%. Em Paris, ocorria queda de 0,54%.

As bolsas asiáticas fecharam com direções contrárias, ainda com o avanço da Covid-19 na China no foco dos investidores.

O índice Nikkei, da Bolsa de Tóquio, subiu 0,41%. Em Hong Kong, houve alta de 0,33% e na China, baixa de 1,44%.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 26/04/2022

PIX: BRASIL PULA PARA 4º LUGAR EM RANKING DE TRANSAÇÕES EM TEMPO REAL E DEVE LIDERAR CRESCIMENTO ATÉ 2026

País avançou quatro posições em ranking da ACI Worldwide, que monitora transações em tempo real, por causa da popularização do Pix

Por *Fernanda Trisotto*



Com Pix, Brasil pula para 4º lugar em ranking de transações em tempo real Foto: **Marcello Casal Jr / Globo**

BRASÍLIA – A popularização do Pix no Brasil fez com que o país pulasse para a quarta posição em um ranking global que contabiliza as transações em tempo real. Em 2021, o país registrou 8,7 bilhões de operações, ficando atrás apenas de Índia, China e Tailândia, de acordo com relatório da ACI Worldwide, companhia de

software para pagamentos.

Com novas modalidades do serviço de pagamento instantâneo entrando em funcionamento, como é o caso do Pix Saque e Pix Troco, o Brasil lidera a lista de países cujo mercado de transações em tempo real deve crescer mais nos próximos cinco anos. A expectativa é de que haja um avanço de 56,8% no número de operações e que o Brasil registre 82,4 bilhões de transações em 2026.

Atualmente, o país com mais transações em tempo real é a Índia, que registrou 48,6 bilhões de operações em 2021. Na sequência aparece, China (18,5 bilhões de operações), Tailândia (9,7 bilhões), Brasil (8,7 bilhões), e a Coreia do Sul (7,4 bilhões).

O estudo da ACI Worldwide, feito em parceria com a GlobalData e o Cebr (Centre of Economics and Business Research), considerou um cenário de 53 países, que juntos somaram 118,3 bilhões de transações instantâneas no ano passado. O documento aponta que o sucesso do Pix superou projeções anteriores para o Brasil, que saiu da oitava posição no ranking de 2020 para o top 4 neste ano.

“A forte adoção (medida pelos volumes de transações) era esperada, mas a escala de superação é uma prova do impacto do lançamento de novos sistemas de serviços de pagamento para todos os fins. O Pix fornece ao consumidor acesso a pagamentos em tempo real para quase todos os cenários da vida cotidiana, permitindo capturar rapidamente transações P2P e C2B que, de outra forma, seriam apenas em dinheiro em uma economia muito informal”, aponta o estudo.

A adesão do brasileiro ao Pix deve impulsionar ainda mais o uso do método de pagamento. Dados do relatório mostram que esse tipo de transação em tempo real representou 5,3% do total de pagamentos em 2021, marca inferior aos outros tipos de pagamentos eletrônicos, que foram de 29,4%, e das transações em papel, que somaram 65,2%.

Em cinco anos, o cenário será outro. A projeção aponta que as transações em tempo real terão 34,3% de participação no volume de pagamentos em 2026, superando os outros pagamentos eletrônicos, que representarão 26,3%, mas ainda atrás das transações em papel, que são estimadas em 39,4%.

“O Pix, que facilita para os consumidores o uso de meios de pagamentos em tempo real nos estabelecimentos e para gastos diários, é o principal impulsionador dessa mudança. Sua plena integração ao sistema financeiro e a força do apoio do governo deram-lhe um forte início e, como resultado, deve impactar significativamente a economia brasileira”, diz o estudo.

Novidades na “família” de soluções do Pix deve movimentar o mercado, tanto com players criando novos produtos e serviços para se manterem relevantes quanto pela necessidade de atualização de sistemas para que as instituições financeiras consigam bancar a segurança das redes sem pressionar os próprios custos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 26/04/2022

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

NOVA LEI CAMBIAL: MERCADO TEM PRESSA POR REGULAMENTAÇÃO E TEME ATRASOS POR PARALISAÇÃO DE SERVIDORES

O Banco Central prometeu soltar a consulta pública para ouvir os interessados entre abril e o início de maio, com previsão de publicação das regras finais no segundo semestre

Por *Thaís Barcellos, O Estado de S.Paulo*

Brasília - A nova lei cambial foi comemorada pelo mercado no fim do ano passado, que agora tem pressa pela regulamentação. O Banco Central prometeu soltar a consulta pública para ouvir os interessados entre abril e o início de maio, com previsão de publicação das regras finais no segundo semestre. Mas o movimento dos servidores da autarquia traz receios de atrasos, já que o prazo é apertado - a lei entra em vigor em 30 de dezembro de 2022.

Tratada como "revolução" no mercado cambial pelo BC, o novo marco consolida e atualiza dispositivos legais que começaram a ser editados há cerca de 100 anos e dá mais poder para o BC. A maioria dos pontos, porém, depende de regulamentação da autarquia. Por isso, o mercado está ansioso pela publicação da consulta pública e das regras finais, para poder adaptar os processos e sistemas a tempo. Há também uma pressão de competição, pois, como as novas normas devem facilitar e baratear a operação, quem largar na frente, poderá ganhar mais clientes.



A nova lei cambial tem pressa pela regulamentação; Banco Central prometeu soltar a consulta pública para ouvir os interessados até início de maio, mas o movimento dos servidores da autarquia traz receios de atrasos Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

"O câmbio no Brasil hoje é extremamente burocrático, então a consolidação das normas e delegação para o BC de diversos aspectos é vista com muitos bons olhos pelo mercado", diz o diretor de Tesouraria do Santander Brasil, Luiz Masagão. "A implementação é muito complexa. Há uma série de sistemas que precisam ser implementados, não só nos bancos, mas também no BC. Esse aspecto é a nossa maior preocupação hoje", completa.

Nesse contexto, o setor pediu para que as regras finais sejam conhecidas até o fim do terceiro trimestre, com o objetivo de assegurar que os sistemas estejam prontos quando a lei entrar em vigor. Diversos bancos têm políticas internas que impedem mudanças nos sistemas em dezembro, devido ao fechamento do balanço anual.

Preocupa, portanto, o movimento dos servidores do BC, que tem atrasado publicações e novos projetos. Os servidores suspenderam a greve por duas semanas, mas, no período, farão



operação-padrão, em que as atividades funcionam em ritmo mais lento, e paralisações diárias de 4 horas.

"O BC tem uma série de instruções e discussões, como o registro de duplicatas, inovações do Pix, e o laboratório do real digital. Mas não muda muito a vida se houver atraso de um, dois, três meses. O marco regulatório de câmbio é diferente, pois tem 'data muro', então preocupa mais que os outros", diz Eric Altafim, diretor de Mesas e Produtos do Itaú Unibanco.

Questionado, o BC assegurou que a regulamentação será publicada com a antecedência necessária. "O BC e o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicarão a atualização da regulamentação infralegal com a antecedência e com as previsões de prazos necessários para adaptação das instituições que operam no mercado de câmbio", disse, em nota.

Outra preocupação manifestada pelos executivos é de uma "arbitragem regulatória" entre instituições que já operam câmbio e novos entrantes, em mais um capítulo da disputa entre bancos e instituições de pagamento. Antes mesmo da aprovação da nova lei, o BC anunciou que instituições de pagamentos poderão operar no mercado de câmbio a partir de setembro deste ano, apenas por meio eletrônico.

Na avaliação dos entrevistados, a simplificação das regras para operações cambiais também deve atuar para dar efetividade a essa permissão, reduzindo a barreira de entrada e aumentando a competição. Mas, dado o histórico recente de regulação proporcional do BC, se preocupam com uma possível vantagem competitiva para novos entrantes.

"Gostaria que todos tivessem as mesmas regras. Se os agentes vão ser auditados a cada seis meses, todos devem ser auditados nesse mesmo período, para garantir a efetividade. É uma questão de ser tudo igual para todo mundo, independentemente das diferenças", diz Masagão, do Santander.

"Espero que não faça [regras diferentes]. Vai deixar janela aberta que a princípio não quer ter", acrescenta Altafim, do Itaú, citando a preocupação do BC com prevenção à lavagem de dinheiro, por exemplo.

Na regulamentação, o marco determina que o BC "poderá estabelecer requerimentos diferenciados e proporcionais para a constituição e o funcionamento de instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio", a depender da abrangência, natureza, volume e riscos do negócio. "Uma corretora pequena não deve ter a mesma regulamentação de um grande banco", frisa o advogado Pedro Eroles, sócio do escritório Mattos Filho.

Para outro executivo de Tesouraria, que se manifestou em condição de anonimato, o mais provável é o BC não diferenciar por tipos de instituição, mas cobrar mais a depender do segmento de atuação e do risco das operações.

"Para quem opera no segmento de grandes corporações internacionais ou com clientes grandes e médios nacionais, as regras devem acabar impactando de forma diferente do que um banco ou corretora menor que atenda pequenas empresas ou pessoas físicas."

Na lei, também há previsão de exigências diferentes a depender do porte e da característica da operação, com flexibilização maior para operações menores. "Por exemplo, no registro de empréstimos e capital, o BC foi bem vocal que passaria a observar volumes mínimos para passar exigir registros. Hoje, é exigido com um dólar nessas operações entre matrizes e subsidiárias", disse o executivo.

CRISE NA CHINA: BOLSAS DA ÁSIA FECHAM SEM DIREÇÃO COM TEMOR DE LOCKDOWN

Mercados temem que Pequim institua um lockdown mais severo, a exemplo do que ocorre em Xangai há semanas

Por Sergio Caldas, O Estado de S.Paulo

As Bolsas da Ásia fecharam sem direção única nesta terça-feira, 26, com os mercados da China estendendo perdas em meio a temores sobre os impactos da onda de covid-19 local e outras se recuperando após o desempenho positivo de Wall Street de segunda-feira, 25.

Na China continental, o Xangai Composto recuou 1,44%, a 2.886,43 pontos, após sofrer um tombo de 5,13% no pregão anterior, enquanto o menos abrangente Shenzhen Composto caiu 2,11%, a 1.752,27 pontos.

Pequim iniciou testes em massa da população local e restringiu o movimento em certas partes da cidade, embora tenha registrado apenas 80 casos de covid-19 desde sexta-feira, 22. O temor é que a capital chinesa acabe instituindo um lockdown mais amplo, similar ao que está em vigor em Xangai há mais de duas semanas.

As medidas de restrição tendem a desacelerar ainda mais a economia chinesa, afetando a perspectiva de recuperação da economia global.

Em outras partes da Ásia, o japonês Nikkei subiu 0,41% em Tóquio, a 26.700,11 pontos, enquanto o Hang Seng avançou 0,33% em Hong Kong, a 19.934,71 pontos, o sul-coreano Kospi se valorizou 0,42% em Seul, a 2.668,31 pontos, e o Taiex registrou modesto ganho de 0,14% em Taiwan, a 16.644,79 pontos.

O apetite por risco em parte da região asiática veio após as Bolsas de Nova York encerrarem os negócios de segunda-feira em alta, impulsionadas pela compra do Twitter pelo bilionário Elon Musk e apesar de preocupações com a China.

Em Hong Kong, porém, uma notável exceção nesta terça foi o banco britânico HSBC, cuja ação caiu mais de 4%. O HSBC, que tem sede em Londres, mas foca o mercado asiático, divulgou queda no lucro e receita do primeiro trimestre.

Na Oceania, a Bolsa australiana voltou de um feriado reagindo com atraso à forte liquidação de segunda-feira na Ásia. O S&P/ASX 200 teve baixa de 2,08% em Sydney hoje, a 7.318,00 pontos, em seu pior dia em mais de dois meses.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 26/04/2022

COSAN PEDE A INVESTIDORES PARA PASSAR US\$ 750 MI EM TÍTULOS A SUBSIDIÁRIA

Por Cynthia Declodt



A Raízen é uma das empresas controladas pela Cosan Foto: Raízen/ divulgação

A Cosan pediu a investidores que detêm US\$ 750 milhões em bonds que vencem em 2029 autorização para mudar a titularidade desses papéis para uma de suas subsidiárias financeiras fora do Brasil. Os títulos pagam juro anual de 5,5%. A mudança pedida decorre da reorganização societária feita no ano passado, por meio da qual a Cosan Limited, emissora dos bonds,



deixou de existir.

A Cosan anunciou a intenção no exterior ontem e ofereceu um prêmio de US\$ 1,25 para cada US\$ 1 mil bonds que forem submetidos à proposta. O período para adesão à solicitação expira no dia 29.

A Cosan não indica qual de suas subsidiárias deseja apontar como nova emissora dos bonds, mas informa que seguirá sendo garantidora de tal dívida. A companhia precisa da aprovação de um número de investidores que representem a maioria do volume em circulação para alterar a titularidade.

Um dos efeitos da mudança de titularidade do emissor de um bond é a redução de seu endividamento e, potencialmente, a criação de um espaço no seu balanço para tomar um novo empréstimo. Mas, nesse caso, como a substituição envolverá somente o veículo no exterior emissor, a Cosan S.A, a holding criada na reorganização, os bonds seguirão em seu balanço.

Rating

Recentemente, a empresa anunciou captação de R\$ 1,5 bilhão em debêntures, que terão os recursos direcionados a aquisições feitas. As debêntures receberam rating AAA pela Fitch, que justificou a nota à atividade diversificada e liderança nos segmentos importantes nos quais a companhia atua.

A Fitch afirma ainda que a nota incorpora a expectativa de que o grupo reportará uma robusta geração de fluxo de caixa, preservará forte liquidez e alavancagem líquida abaixo de 3,0 vezes, à medida que a capacidade de geração de fluxo de caixa das subsidiárias Rumo e Compass Gás e Energia melhora, e a Raízen e Raízen Energia e a Companhia de Gás de São Paulo paguem significativos dividendos ao grupo.

Entre os principais acordos de fusão e aquisição recentes do grupo está a compra dos 51% da Gaspetro pertencentes à Petrobras, por mais de R\$ 2,03 bilhões. Procurada, a Cosan, que está em período de silêncio, não comentou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 26/04/2022

AUDITORES FISCAIS DO AGRONEGÓCIO PRESSIONAM POR REAJUSTE E PLANEJAM 'OPERAÇÃO-PADRÃO'

Nesta terça-feira, 26, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários tem reunião com Marcos Montes, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para tratar do assunto

Por André Borges, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Os 2.500 auditores fiscais federais agropecuários, servidores do Ministério da Agricultura responsáveis pela segurança e qualidade de todo alimento que entra e sai do País, pressionam o governo Bolsonaro por reajustes salariais e novo concurso público, sob o risco de imporem uma "operação-padrão" de trabalho a partir dos próximos dias.

Nesta terça-feira, 26, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (Anffa Sindical) tem reunião com Marcos Montes, ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), para tratar do assunto. O sindicato também tem agenda prevista nesta semana com a deputada e ex-ministra da Agricultura, Tereza Cristina, além de ouvir seus delegados sindicais nos 27 Estados.

Segundo o Anffa, a operação-padrão consiste em cumprir os prazos regimentais de trabalho da carreira, que é de oito horas diárias, sem turnos extras não compensados ou remunerados, e sem almoços estendidos de três horas, que obrigam os fiscais a permanecerem mais tempo no



ambiente de trabalho, como tem ocorrido. Hoje, esses turnos costumam ser excedidos, sem qualquer tipo de compensação, como hora-extra ou banco de horas.

Segundo o sindicato, há cinco anos não ocorre nenhum reajuste salarial, sequer a correção de perdas inflacionárias no período, enquanto demais carreiras de auditoria e fiscalização tiveram vencimentos corrigidos em 2018 e em 2019. O Anffa não detalha, porém, qual é a sua demanda, exatamente.

A categoria cobra ainda a realização de concurso público para a contratação de mais fiscais. De acordo com o sindicato, a defasagem de pessoal chega a 1.620 auditores fiscais federais agropecuários. Eram 4.040 auditores em atividade em 2020, quando o valor bruto da produção agropecuária não alcançava R\$ 500 milhões. Hoje, são pouco mais que 2.530 fiscais para lidar com um setor com valor de produção estimado em R\$ 1,16 trilhão em 2022.

Segundo os fiscais, a falta de auditores tem sido compensada, em parte, por extensão de jornadas de trabalho sem pagamentos de horas-extras e descontinuidade de atividades, em prioridade a outras.

No fim de dezembro do ano passado, os fiscais agropecuários deram início a uma operação-padrão, a qual só foi totalmente suspensa em março deste ano, mas que agora pode ser retomada a qualquer momento.

Os fiscais do Mapa não têm nenhuma relação com os auditores da Receita Federal, mas atuam juntos na maior parte das operações. Enquanto os fiscais da Receita observam mais o lado jurídico das transações, os agentes agropecuários avaliam questões técnicas ligadas à segurança alimentar.

Eles reforçam as pressões por reajustes com greves, paralisações e operações-padrão, que já contam com outras categorias, como funcionários do BC, Tesouro, Receita e carreiras policiais.

Questionado sobre o assunto, o Ministério da Agricultura limitou-se a confirmar o encontro que ocorrerá com a categoria nesta terça-feira, mas não fez qualquer comentário sobre o risco de nova operação-padrão.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 26/04/2022*



VALOR ECONÔMICO (SP)

RECEITA LÍQUIDA DA CARGILL SUPERA MARCA DE R\$ 100 BI NO PAÍS

No ano passado, faturamento da subsidiária brasileira da companhia foi 50% maior que o de 2020
Por Fernando Lopes — De São Paulo

A americana Cargill, maior empresa de agronegócios do mundo, aproveitou a colheita recorde de soja na safra passada no Brasil, os preços elevados dos grãos em geral e os investimentos que fez nos últimos anos e viu, em 2021, sua receita líquida no país superar a barreira de R\$ 100 bilhões pela primeira vez.

O faturamento chegou a R\$ 103 bilhões, 50% mais que em 2020 (R\$ 68,6 bilhões). O lucro líquido da subsidiária brasileira da multinacional, que conta com mais de 10 mil colaboradores, porém, caiu 15% em relação ao ano anterior, para R\$ 1,8 bilhão. “Essa queda refletiu, sobretudo, a

frustração que tivemos com a segunda safra de milho no ciclo 2020/21”, disse Paulo Sousa, presidente da Cargill no Brasil.



Paulo Sousa, presidente da unidade da Cargill no país: planos de investir ao menos R\$ 600 milhões no Brasil em 2022 — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Segundo o executivo, a quebra da safrinha no país, em razão de problemas climáticos, foi um dos maiores desafios do ano passado para a companhia, que teve que renegociar alguns contratos de fornecimento e recorrer ao cereal colhido em outros países para cumprir compromissos. Com atuação em 17 Estados, escritórios e unidades industriais em 147 municípios, a Cargill é a maior exportadora de soja e milho do país.

Sousa não revela o tamanho do tombo na originação de milho brasileiro em 2021, mas reconhece que foi grande. No caso das exportações de soja em grão, o volume cresceu 2%, e no dos embarques de farelo de soja, o incremento chegou a 17%. Com a quebra no milho, a demanda doméstica por farelo também foi maior que a prevista.

Em 2021, informou a empresa, seus investimentos no Brasil somaram R\$ 1 bilhão, e nos últimos quatro anos os desembolsos chegaram a R\$ 4 bilhões. Entre outros projetos, entrou em operação a nova fábrica de pectina de cítricos da múlti em Bebedouro (SP), que absorveu aportes de R\$ 550 milhões desde que as obras começaram, em 2019.

Aditivos

A pectina de cítricos, que movimentava um mercado de cerca de US\$ 1 bilhão no mundo por ano, é muito usada como estabilizadora na produção de leite fermentado (ajuda a manter a uniformidade do produto) ou como texturizante em bebidas lácteas, além de compor gelatinas, balas e doces, entre outros itens.

“Também fizemos investimentos importantes em melhorias e ganhos de eficiência em nossas fábricas e na digitalização de processos”, afirmou o executivo. Esses investimentos deverão ser relevantes também em 2022, quando a Cargill pretende investir pelo menos R\$ 600 milhões no Brasil. “Mas esse número pode crescer, até porque estamos atentos a aquisições”, disse.

Sustentabilidade

Conforme Sousa, projetos ligados à sustentabilidade da cadeia de suprimentos da companhia continuarão em marcha. Em 2021, a Cargill concluiu os mapeamentos total de seus fornecedores diretos na região do Matopiba (confluência entre Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), além de ter avançado na qualificação de produtores e na certificação de grãos exportados a mercados mais exigentes, como o europeu.

A companhia destacou, por fim, que entre os marcos do ano passado também estiveram a atualização e ampliação do portfólio de produtos nas áreas de óleos, molhos, cacau e chocolate, bioindustrial e nutrição animal.

Em 2022, afirmou Paulo Sousa, o cenário tem se mostrado mais complicado do que no ano passado. A quebra da atual safra de soja na região Sul e os elevados custos do frete rodoviário já afetam diretamente os negócios, enquanto a perspectiva de escassez – ou, no mínimo, encarecimento – dos fertilizantes tem reflexos sobre o agro brasileiro como um todo. “É um ano mais desafiador”, resume.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 26/04/2022

“A expectativa é de concorrência. O modelo de PPP rodoviária não é comum em São Paulo, mas é bem visto, pelo histórico de bom pagador do Estado e por outras experiências bem-sucedidas nesse molde”, afirma Rafael Vanzella, sócio do Machado Meyer.

Para Eduardo Ramires, sócio do Manesco Advogados, a previsão é de uma disputa limitada. Ele destaca que, além dos desafios do projeto, como as desapropriações e questões ambientais, há uma conjuntura desfavorável, agravada pela guerra na Ucrânia, que pressiona os custos da construção e gera incerteza em relação ao tráfego da rodovia. Além disso, ele aponta o risco para o novo concessionário de assumir uma obra, em grande parte, feita por terceiros. “O operador assume a responsabilidade. Essa sucessão suscita preocupação.”

Em relação a esse temor, o governo destaca a contratação de um laudo independente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) sobre o estado das obras. Além disso, em um período de seis meses após a assinatura do contrato, um relator independente poderá apontar eventuais divergências sobre as condições da obra, que serão levadas a uma comissão.

O governo paulista tenta concluir o Rodoanel Norte há ao menos dez anos, ao longo dos quais foram consumidos mais de R\$ 7 bilhões dos cofres públicos. Além disso, o projeto foi alvo da Operação Lava-Jato e marcado por suspeitas de desvio de recursos.

Em 2012, quando foi feita a primeira licitação para as obras, o projeto foi dividido em seis lotes, arrematados por construtoras como Mendes Júnior, OAS, Acciona e Construcap. Diante dos atrasos, os seis contratos com as empreiteiras foram rescindidos – três deles no fim de 2018, e os demais em maio de 2019.

Além da inclusão da obra no contrato, outro ponto de atenção do projeto é o sistema de cobrança “free flow” (sem praças de pedágio e pagamento calculado pelos quilômetros rodados), ainda inovador no país, destaca André Bogossian, do Stocche Forbes. “Há dúvidas sobre como será a inadimplência, porque não existe uma cultura de pagamento automático no país”, diz. Ele destaca que, para mitigar essa incerteza, o governo incluiu mecanismos de compartilhamento de riscos.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 26/04/2022

IMPORTAÇÃO DE FERTILIZANTES CRESCE 10% EM ABRIL

Volume já superou 2 milhões de toneladas este mês, segundo a Secex
Por Rafael Walendorff, Valor — Brasília



Mesmo com as dificuldades geopolíticas e logísticas que afetam o comércio mundial de fertilizantes, e com o forte aumento de preços dos nutrientes, o Brasil tem conseguido aumentar as importações.

Dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia divulgados ontem mostram que as importações em abril já superaram 2 milhões de toneladas. O volume registrado até sexta-feira passada já é 10% maior que o desembarcado no país no mesmo mês de 2021 (1,8 milhão de toneladas).

Desembarque de fertilizantes no porto de Paranaguá (PR)
— Foto: Divulgação

Desde janeiro, já são quase 6,5 milhões de toneladas de fertilizantes químicos importados pelo país. O valor das compras tem aumentado ainda mais.

Em abril, já chegou a US\$ 1,3 bilhão, 258% a mais que no mesmo mês do ano passado (US\$ 527,9 milhões).

O preço por tonelada passou de US\$ 280, em abril de 2021, para US\$ 634,5 agora, um incremento de 126%. A média diária de embarques passou de 94,19 mil toneladas para 149 mil toneladas ao dia na mesma comparação.

O Ministério da Agricultura segue monitorando diariamente o fluxo de compra e a chegada dos fertilizantes, de olho nesse aumento de volumes e preocupado com a alta dos preços. Internamente, no entanto, a avaliação é positiva, ainda mais com a manutenção dos embarques de produtos russos, que ocorrem via São Petersburgo, no Mar Báltico, distante do conflito com a Ucrânia.

Ontem, o ministro da Agricultura, Marcos Montes, se reuniu em Brasília com Corrine Ricard, presidente da Mosaic Fertilizantes, um dos principais fornecedores de adubos ao Brasil. A executiva relatou o trabalho que tem sido feito pela companhia para “manter o abastecimento e disse que o país é um “cliente preferencial”, segundo apurou o Valor.

*Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 26/04/2022*

PORTO DE SANTOS: PRÓXIMOS LEILÕES PODEM CONTRATAR R\$ 5,8 BILHÕES EM INVESTIMENTOS

A nova concessão prevê R\$ 891 milhões de investimentos, que deverão ser realizados ao longo dos próximos cinco anos

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo

O Porto de Santos (SPA) tem R\$ 5,4 bilhões de investimentos em curso, já contratados nos terminais portuários. Com os próximos projetos que o governo tenta tirar do papel neste ano, a previsão é contratar mais R\$ 5,8 bilhões de obras, caso todos os leilões se concretizem.

Dos investimentos em curso, que incluem contratos antigos e arrendamentos recentes, se destacam os novos terminais STS08A, conquistado no ano passado pela Petrobras, e o STS11, arrematado recentemente pela chinesa Cofco.

Já nos próximos investimentos, a serem contratados ao longo deste ano, a maior parte do valor referente ao leilão do STS10, mega terminal de contêineres. O projeto tem sido alvo de controvérsia devido a questionamentos quanto à participação das empresas de navegação Maersk e MSC.



“O porto está muito próximo de um gargalo de capacidade”, diz Bruno Stupello, diretor de desenvolvimento de negócios e regulação — Foto: Divulgação

Sobre a privatização do Porto de Santos, que o governo federal corre para tirar do papel ainda neste ano, Fernando Biral, presidente da Santos Port Authority (SPA), estatal responsável pela administração do porto, diz que tem atraído interesse de diversos grupos.

“Tem todo tipo de perfil, desde terminais, fundos de investimento em infraestrutura e empresas que



tradicionalmente não olham para ativos de concessão, com vocação mais de construção. Todo mundo que orbita ao redor da comunidade portuária tem buscado se informar”, afirmou o executivo, em encontro realizado nesta terça-feira (26).

Ele diz que “não vai faltar capital” para o projeto. “É um ativo que não tem problema de demanda, tem possibilidade de inúmeros negócios na nova área. Os fundos já demonstraram apetite no leilão da Codesa [Companhia Docas do Espírito Santo] e acredito que vão vir também com apetite para Santos”, completou.

Em relação a realizar o processo em meio a um ano eleitoral, Biral diz que “não tem sentido efeito de questões políticas” e reforçou a intenção de fazer o leilão neste ano.

“É claro que tudo tem um risco. Se tiver atraso, mudança política [em 2023], pode sim ter problema no futuro, mas acredito que pelo projeto, como foi estudado, debatido, será um atraso se não for em frente. É um processo irreversível”, afirmou.

No mercado, há uma forte descrença em relação à viabilidade de realizar a licitação ainda neste ano. Porém, para fontes próximas ao projeto, há uma expectativa de ao menos publicar o edital até o fim de 2022.

Ferrovia Interna do Porto de Santos

A concessão da FIPS (Ferrovia Interna do Porto de Santos), que deverá substituir a atual concessão Portofer, que administra as ferrovias internas do porto, deverá ser deliberada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) ao longo do próximo mês, segundo Bruno Stupello, diretor de desenvolvimento de negócios e regulação.

“A previsão é fazer o chamamento público no começo de julho, para identificar os interessados [que deverão ser os operadores ferroviários que atuam no porto, como Rumo, MRS e VLI]. E, com isso, devemos ter ao longo do ano uma transição operacional, com assinatura do contrato no quarto trimestre”, afirmou o executivo, em evento com investidores realizado nesta terça (26).

A nova concessão prevê R\$ 891 milhões de investimentos, que deverão ser realizados ao longo dos próximos cinco anos, para ampliar a capacidade das ferrovias internas e acompanhar a ampliação das malhas ferroviárias no interior do país.

Inicialmente, o projeto previa quase R\$ 2 bilhões de intervenções, mas parte delas foi transferida ao processo renovação antecipada da MRS, e outra parcela das obras já foi realizada ou teve redução de valor (como os acessos na entrada da cidade).

“O porto está muito próximo de um gargalo de capacidade. Se não tivesse tido quebra da safra de milho no ano passado já teria havido problemas, então [o gargalo] é um risco”, afirma o diretor.

Ele se diz otimista em relação à análise do TCU. “A área técnica avaliou o projeto como muito positivo. Acreditamos que não haverá nenhuma surpresa com o acórdão e possamos seguir como planejado”, afirmou.

*Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 26/04/2022*

MINÉRIO DE FERRO AVANÇA 2,4% NO NORTE DA CHINA, PARA US\$ 138,95 POR TONELADA

Com esse desempenho, a principal matéria-prima do aço reduziu a 12% as perdas acumuladas no mercado transoceânico em abril. No ano, os ganhos se aproximam de 17%

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo



Na Bolsa de Commodity de Dalian (DCE), os contratos mais negociados, para setembro, avançaram 1,83%, a 809 yuan por tonelada — Foto: Agência Vale

Os preços do minério de ferro no mercado à vista acompanharam o desempenho positivo dos contratos futuros e terminaram a terça-feira em alta, apagando uma parte das perdas da véspera. Ainda assim, a atividade comercial nos portos chineses permanece limitada e os planos da China de controlar a produção de aço em 2022 devem seguir pressionando as cotações.

Segundo índice Platts, da S&P Global Commodity Insights, o minério com teor de 62% avançou 2,4% no norte da China, para US\$ 138,95 por tonelada.

Com esse desempenho, a principal matéria-prima do aço reduziu a 12% as perdas acumuladas no mercado transoceânico em abril. No ano, os ganhos se aproximam de 17%.

Os contratos futuros de minério de ferro registraram nesta terça-feira ganho modesto frente ao tombo da véspera. Na Bolsa de Commodity de Dalian (DCE), os contratos mais negociados, para setembro, avançaram 1,83%, a 809 yuan por tonelada, apagando uma parte da perda de quase 11% vista ontem.

Receios de que o surto de covid-19 na China pressione ainda mais a demanda de aço e sinais de que o governo chinês seguirá controlando a taxa de operação das usinas siderúrgicas seguem rondando o mercado.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 26/04/2022

GARGALOS NAS CADEIAS DEVEM PIORAR NOS PRÓXIMOS MESES

O congestionamento do transporte marítimo nos portos chineses, associado à guerra da Rússia na Ucrânia, pode provocar um duplo choque à economia global e sabotar a recuperação, já comprometida pelas pressões inflacionárias

Por Brendan Murray, Ann Koh e Kevin Varley — Bloomberg

As regras rígidas da China para coibir a covid-19 estão prestes a desencadear mais uma onda de caos neste verão no hemisfério Norte (de junho a setembro) nas cadeias de suprimentos entre a Ásia, os EUA e a Europa.

A política de tolerância zero em meio à escalada de novos casos na China, traz a pandemia de volta ao seu ponto de partida, mais de dois anos após seu surgimento em Wuhan ter provocado um choque na economia global. O congestionamento do transporte marítimo nos portos chineses, associado à guerra da Rússia na Ucrânia, pode provocar um duplo choque à economia global e sabotar a recuperação, já comprometida pelas pressões inflacionárias.

Mesmo se os surtos forem contidos, as rupturas serão sentidas globalmente - e se prorrogarão até o fim do ano. "Pre vemos uma confusão maior que a do ano passado", disse Jacques Vandermeiren, CEO do porto de Antuérpia, o segundo mais movimentado de transporte marítimo europeu por volume de contêineres. "Isso terá um impacto negativo e um impacto negativo grande, por todo [o ano de] 2022."

A China responde por cerca de 12% do comércio global, e as restrições impostas devido à covid deixaram fábricas e armazéns ociosos, atrasaram as entregas por caminhão e pioraram o acúmulo de contêineres. Os portos dos EUA e da Europa já estão cheios, o que os torna vulneráveis a novos choques. "Assim que as atividades de exportação de produtos forem retomadas e que um grande número de navios partir para os portos da costa oeste dos EUA,



pre vemos que os tempos de espera aumentarão significativamente”, disse Julie Gerdeman, CEO da empresa de análise de risco Everstream Analytics.

No curto prazo, esses acúmulos provocarão mais dores de cabeça no comércio global de mercadorias, de US\$ 22 trilhões, que despencou em 2020 e se recuperou no ano passado. No mais longo prazo, esse caos está redesenhando a economia globalizada mutuamente interligada pelo comércio transfronteiras. Para alguns executivos de empresas, atrair redes de produção distantes deixou de ser um mote político patriótico - passou a ser uma necessidade comercial, em vista de toda a incerteza.

“Isso acelerou a necessidade, que já era premente, de as cadeias de fornecimento se tornarem mais regionais”, disse Lorenzo Berho, CEO da Vesta, desenvolvedora mexicana de instalações industriais e centros de distribuição, em uma teleconferência na semana passada. Está ocorrendo uma mudança para cadeias de fornecimento mais curtas para lugares, como o México, para reduzir a exposição à Ásia. “A globalização como a conhecemos pode estar chegando ao fim.”

A realocação das cadeias de fornecimento “pode custar mais, mas se for possível produzir quantidades menores, que seriam então vendidas a valores mais próximos do preço cheio, isso poderá mesmo mudar o jogo completamente”, disse Brian Ehrig, sócio da consultoria Kearney e coautor de um relatório divulgado neste mês que constatou que 78% dos CEOs de empresas estudam mudar instalações para seus países de origem ou já o fizeram. “Minha aposta é que a globalização não morrerá nunca, mas evoluirá para um formato diferente”, acrescentou Shay Luo, diretor de Kearney.

As empresas aguentaram as piores turbulência na área da oferta ao longo do ano passado graças, parcialmente, a aumentos de preços - e os consumidores absorveram grande parte do impacto. Mas, no curto prazo, os suprimentos da China representam uma questão mais preocupante do que as dúvidas sobre a demanda das famílias.

A Tesla perdeu cerca de um mês de produção com o lockdown de Xangai. No início do mês, a varejista Bed Bath & Beyond informou que um nível “mais alto do que o normal” de seu estoque estava em trânsito, indisponível ou retido nos portos neste início de trimestre. Na semana passada, a gigante do alumínio Alcoa, que costuma ser um termômetro da economia mundial, atribuiu os estoques mais altos aos problemas com transporte. A Continental, segunda maior fabricante de autopeças da Europa, reduziu sua previsão de crescimento na produção mundial de automóveis de uma faixa de 6% a 9% para uma de 4% a 6%.

Wang Xin, chefe da Associação de Comércio Eletrônico Transfronteiriço de Shenzhen, que representa cerca de 3.000 exportadores, informou que, apesar do lockdown naquele centro de tecnologia tenha durado apenas uma semana, “muitos vendedores sofrem com atrasos de entrega de um mês”.

Ainda leva em média 111 dias para que as mercadorias cheguem a um armazém nos EUA, a partir do momento em que elas estão prontas para deixar uma fábrica da Ásia. Isso fica perto do recorde de 113 dias registrado em janeiro e é mais que o dobro do tempo que a viagem demorava em 2019, segundo a Flexport, uma transportadora de San Francisco. A jornada em direção à Europa demora 118 dias, quase um recorde.

Economistas do Goldman Sachs disseram em uma nota de análise na semana passada, que os problemas nas cadeias de abastecimentos “foram um pouco piores do que prevíamos e tivemos que ajustar um pouco nossas previsões de crescimento e inflação em resposta às últimas semanas”. Quando os gargalos na Ásia começarem a se dissipar, isso provavelmente trará uma enxurrada de contêineres, bem no momento em que tem início um aumento sazonal das importações.

GRUPO EDSON QUEIROZ BUSCA SEU ESPAÇO NO CENÁRIO NACIONAL

Com atuação diversificada e forte no Nordeste, receita de R\$ 12 bi em 2021 inclui GLP, água e eletrodomésticos

Por Ivo Ribeiro — De São Paulo

Ser mais reconhecido no cenário empresarial brasileiro, principalmente no Sudeste, é uma meta do Grupo Edson Queiroz, que é dono de marcas fortes como Nacional Gás, Minalba e Esmaltec e se destaca como um dos maiores conglomerados da região Nordeste, e do país. Baseado em Fortaleza, alcançou receita líquida de R\$ 12 bilhões no ano passado. O grupo da família Queiroz vem passando, desde 2018, por evolução no seu modelo de gestão.

Os integrantes da terceira geração - seis ramos familiares - estão no conselho de administração, ao lado de três conselheiros independentes - uma cadeira estava vaga no momento da entrevista com Carlos Rotella, executivo escolhido no fim de 2020 para o cargo de diretor-presidente.

A liderança do conselho de administração do grupo - fundado em 1951 por Edson Queiroz, ao adquirir a Ceará Gás Butano - está com Igor Queiroz Barroso, que divide o colegiado, pelo lado da família, com cinco primos.



Rotella, primeiro presidente profissional: “Grupo é financeiramente sólido, sem dívida. É momento para incrementar portfólio” — Foto: Thiago Gadelha / Divulgação

Os representantes da família que completam o conselho administrativo são: Edson Queiroz Neto, Felipe Queiroz Rocha, Natália Queiroz Jereissati, Otávio Valença Queiroz e Rodrigo Queiroz Frota. Os atuais conselheiros independentes são Marco Antônio Bologna (ex-presidente da TAM) e o economista Aod Cunha Júnior.

Em sua primeira entrevista ao Valor, Rotella destaca que a família se estruturou para essa passagem de bastão de forma planejada. A decisão foi por contar com um profissional na gestão executiva, permitindo aos herdeiros se dedicarem à estratégia de negócios - expansão dos atuais e desenvolvimento de novas frentes.

A visão, diz Rotella, que trouxe uma experiência de 20 anos na Votorantim, é que a diversificação de negócios exige governança e gestão em linha com o que se observa no mercado. “O grupo é financeiramente muito sólido, sem dívida. É um momento interessante para incrementar seu portfólio”, afirma o executivo.

Ele informa que há uma preparação para futuros movimentos. No ano passado, o grupo contratou uma consultoria para identificar possíveis setores onde possa investir. “Pode ser um novo negócio ou expansão dos atuais”, diz.

Para Rotella, foi um desafio grande na carreira o convite para comandar a gestão executiva do conglomerado. “O grupo tem um portfólio diversificado de negócios; nas outras empresas, era só um produto, como aço na Votorantim”, afirma o paulistano, formado engenheiro metalúrgico pelo Mackenzie e em administração de empresas pela FEA-USP.

Atualmente, são 10 mil funcionários - metade fora do Estado do Ceará - e com uma média de idade abaixo de 35 anos. Sólido e tradicional, muito conhecido no Ceará, o Edson Queiroz pode ter relevância ainda maior no país, acreditam Rotella e o grupo de acionistas. “Hoje, fora daqui, ainda é mais conhecido por suas marcas, que são fortes”, afirma.

Pela primeira vez, diz, o grupo abriu um programa de trainees, para buscar novos talentos. “Estamos olhando para o futuro”.

No balanço financeiro de 2021, segundo o executivo todas as empresas reportaram crescimento de receita e resultados. A receita líquida do conglomerado registrou aumento de 30%, indo a R\$ 12 bilhões, ante 2020. O resultado operacional, pelo critério Ebit (lucro antes de juros e impostos) alcançou R\$ 642 milhões - alta de 65%. O Ebitda, que considera depreciação e amortizações, foi de R\$ 819 milhões. A empresa não revelou a última linha do balanço.

“Esse resultado é fruto da evolução operacional das empresas e do avanço do processo de governança e profissionalização da gestão que vem sendo conduzido desde 2018”, garante o executivo.

Rotella destaca que a compra de parte da Liquigás, em 2020, num consórcio com Copagás e Itaúsa, contribuiu com 8% dos 30% de crescimento da receita do grupo. Após a aquisição, a Nacional Gás recebeu ativos de Liquigás e Copagás em troca da participação de 20%, seguindo modelo apresentado ao Cade, órgão antitruste.

No momento, informa, o investimento de maior peso no grupo é em um terminal de gás no porto de Suape (PE). Com investimento de R\$ 1,2 bilhão, é uma joint venture com Copa Energia (holding da Copagás) e a Oil Tank. “É um modal de abastecimento de GLP importado, dentro do cenário em que a Petrobras, tradicional fornecedora, vem vendendo seus ativos”, diz. “É importante as distribuidoras de GLP terem suas próprias fontes”. A NG será cliente do terminal.

O empresário Edson Queiroz comandou o grupo até sua morte em 1982. A partir daí, foi dirigido pela viúva Yolanda Vidal Queiroz, até à sua morte em 2016, com auxílio dos filhos. A terceira geração foi chegando pouco a pouco.

*Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 26/04/2022*

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ARTIGO - O PORTO QUE SE IMPORTA

Por Flavia Nico OPINIÃO 25 Abril 2022



Marinheiro deriva de mar: aquele que se dedica exclusivamente ao mar. Já o porto é a porta terra e mar; na maioria das vezes, mais lembrado por suas vinculações com o mar do que com a terra. Paradoxalmente, aproveitamos da imagem do marinheiro para provocar um novo olhar para o porto: mais vinculado ao território.

A figura do marinheiro nos remete ao elemento humano presente no ambiente portuário. O marinheiro não pertence ao quadro de funcionários do porto, não participa das atividades no cais, sequer é considerado como parte do porto. Entretanto, está em todo porto.

Assim acontece também com o território, aqui entendido como cidade, comunidade e espaço territorial onde os portos estão localizados. A expressão “relação cidade e porto” é comumente usada para se referir a essa vinculação do porto com o território. Essa relação merece mais atenção se o objetivo é avançarmos na sustentabilidade portuária.

Todo porto traz a relação cidade e porto como item de seu Plano de Desenvolvimento e Zoneamento/PDZ. Em muitos deles, um ou dois parágrafos falando sobre visitas técnicas ou



ações educativas pontuais. Esse é o retrato do porto que ainda não incorporou a sustentabilidade ao seu core business.

Sustentabilidade portuária tem a ver com uma nova gestão dos portos, agora mais próxima dos territórios onde se situa. Fazer do E (environmental) missão de sobrevivência planetária, do S (social) propósito do negócio e do G (governance) uma nova forma de conduzir a gestão do porto.

Trabalhar o Social requer um novo olhar do porto para o território, e proponho que isso seja feito como inovação social. A inovação social nos portos implica enxergar o elemento humano ali presente. Retomar a imagem do porto gateway apenas para resgatar a lembrança terra/mar/terra. Lembrar que o fluxo de mercadorias acontece num espaço localizado territorialmente, num lugar com história, com dinâmicas próprias, com vida que se entrelaça à do porto.

Em sua essência, a mensagem é sobretudo de um novo olhar do porto sobre ele mesmo: mais humanizado e menos autocentrado. Um porto que se enxerga porque olha para fora, um porto que se importa e, assim, desculpa o trocadilho, importa – o #portoqueseimporta.

Flavia Nico Flavia Nico Vasconcelos é doutora em Sociologia e especialista em cidades portuárias. Desenvolve soluções de sustentabilidade para que os portos brasileiros e seus operadores implementem a agenda ESG e os ODS da Agenda 2030. Está contribuindo com a Secretaria de Portos/MINFRA, desde 2021, como Coordenadora Geral de Descentralização e Delegações.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/04/2022

KEPLER WEBER LANÇA FINANCIAMENTO PARA UNIDADES DE BENEFICIAMENTO E ARMAZENAGEM DE GRÃOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 25 Abril 2022

Linha permite financiar 100% do projeto, incluindo infraestrutura civil e elétrica

A Kepler Weber, líder na América Latina em soluções de pós-colheita, disponibilizou o acesso a uma linha para financiar a construção de unidades de beneficiamento e armazenagem de grãos. Desenvolvido nos últimos oito meses, o financiamento terá taxas acessíveis e um prazo recorde de até um mês para captação dos recursos. A aprovação do limite de crédito está sujeita à análise.

Atualmente, além de financiamentos de bancos privados, com prazos mais curtos para pagar, a principal linha de crédito para o setor vem do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do Plano Safra. No ano passado, o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) liberou R\$ 4,12 bilhões, com juros de 5,5% para pequenos e médios produtores e 7% para grandes players. O prazo de pagamento do BNDES chega a 12 anos.

No caso da linha que será lançada pela Kepler Weber, o prazo total para pagamento pode chegar a 10 anos, com carência de 18 meses.

"Esta iniciativa da Kepler Weber surge como alternativa para facilitar o acesso dos produtores rurais a recursos, de forma desburocratizada, para ampliar a capacidade de armazenagem do Brasil", argumenta Paulo Polezi, CFO da Kepler Weber.

A companhia informou que já há clientes em fase final de aprovação de crédito e que a linha permite financiar 100% dos projetos, incluindo infraestrutura civil e elétrica.

"Importante destacar que este financiamento é flexível e a quantia disponível para financiar unidades de beneficiamento e armazenagem pode acompanhar a demanda, com novas séries

sendo lançadas de acordo com a necessidade", ressalta Polezi. "Isso faz muita diferença para o segmento porque permite ter recursos disponíveis o ano todo".

O Brasil tem um déficit de armazenagem estimado em 97 milhões de toneladas nesta safra, sendo que apenas 14% da capacidade instalada está dentro das fazendas. Segundo a Kepler Weber, o cenário de commodities valorizadas no mercado internacional tem permitido aos produtores investirem nesta infraestrutura de pós-colheita.

"Quando falamos em mais armazenagem estamos defendendo maior poder de negociação para o produtor, que pode vender sua produção no momento que considerar mais oportuno, fugindo do preço de balcão e altos custos logísticos no auge da safra", afirma Piero Abbondi, CEO da Kepler Weber.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/04/2022

WILSON SONS VÊ OPORTUNIDADES PARA AGÊNCIA MARÍTIMA NO MERCADO DE GRÃOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 25 Abril 2022



Aumento da produção e demanda externa aquecida devem elevar exportações em 2022, avaliam entidades do setor

Proprietária da maior agência marítima independente do Brasil, a Wilson Sons busca expandir sua oferta de serviços para exportadores e importadores do mercado de grãos. A expectativa para a próxima safra é de crescimento de 5,4%, um acréscimo de 13,8 milhões de toneladas em relação ao ciclo anterior, de acordo com

projeções da companhia.

"É um mercado promissor e estamos atentos às oportunidades. O Brasil é um grande produtor de grãos. Aliado a isso temos um cenário de demanda externa aquecida, com alta nos preços das commodities", avalia Stephanie Pires, analista comercial da agência marítima. A Wilson Sons agenciou 75 navios em 2021, em nove portos, que transportaram 3.685.350 toneladas de grãos, sendo 3.150.382 toneladas para exportação e 534.968 toneladas para importação.

Nos dois primeiros meses deste ano, relata a analista, o destaque foi a exportação de soja, com alta de 324% em comparação ao mesmo período de 2021. Dados da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) mostram que o Brasil vendeu, em 2021, mais de 86 milhões de toneladas da commodity para outros países, 5,2% a mais do que em 2020. Foram exportados ainda quase 17 milhões de toneladas de farelo de soja, 0,37% acima do ano anterior.

A China é o principal parceiro comercial do agronegócio brasileiro e o maior comprador de soja. "Quando falamos do mercado chinês, precisamos ser estratégicos comercialmente, tendo em vista que há alguns anos eles são um parceiro comercial forte do Brasil, principalmente no que tange a alimentos, e a cadeia logística dos grãos está inserida nesse cenário. Ter uma representante comercial chinesa é parte dessa estratégia, pois facilita o contato direto, bem como a comunicação em mandarim.", conta Luiz Maluza, gerente comercial do agenciamento.

Para responder ao crescimento da demanda, a Agência Marítima da Wilson Sons vem se preparando. Hoje, conta com agências parceiras fora do país, que fornecem informações privilegiadas dos mais importantes complexos portuários estrangeiros. O time de Inteligência de Mercado também produz e envia semanalmente para os clientes relatórios com os números de exportação e importação de grãos de todos os portos brasileiros.

A Wilson Sons desenvolveu ainda o WS Connect, um aplicativo em que o cliente acessa todas as informações a respeito da operação (datas, condições de descarga, documentos e fotos), consulta de programação dos navios, manuais dos portos, relatórios de estatísticas de grãos, além de notícias relevantes dos terminais portuários brasileiros.

“A dinâmica do mercado de grãos demanda uma entrega constante e completa de informações, e para isso buscamos analisar a forma mais assertiva de prestar nossos serviços. Estamos sempre nos movimentando em direção às necessidades dos nossos clientes”, destaca Flávia Carvalho, gerente geral de agenciamento.

A agência marítima é a unidade de negócios mais antiga da Wilson Sons, fundada há 184 anos. A divisão está presente nos principais portos brasileiros, com 18 filiais próprias.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/04/2022

SPA PROMOVE SEU SEGUNDO ‘INVESTORS DAY’

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 25 Abril 2022



A Santos Port Authority (SPA) realiza, nesta terça-feira (26), a partir das 8h30, seu segundo “investors day”, o SPA Day 2022. Na oportunidade serão apresentados os resultados da companhia em 2021, perspectivas, oportunidades de negócios e a evolução do processo de desestatização.

O evento é voltado para o mercado de capitais e potenciais investidores, tais quais fundos de pensão e de investimentos, empresas que já atuam no Porto de Santos, operadores logísticos e grupos de investimentos em infraestrutura. Será exclusivamente presencial e realizado no Clube de Regatas Saldanha da Gama, em Santos.

“Esta segunda edição do SPA Day reforça a estratégia de reporte sistemático de resultados e comunicação direta com stakeholders. Nosso objetivo é estar no mesmo nível de transparência das melhores empresas de capital aberto. Esta edição é uma oportunidade única, uma vez que será o último evento desse porte antes da desestatização do Porto de Santos”, afirma o diretor de Administração e Finanças da SPA, Marcus Mingoni.

O SPA Day será gravado e posteriormente disponibilizado no Youtube da S

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/04/2022

NOVO ACESSO AO PORTO DO RIO DE JANEIRO REDUZ GARGALOS E MELHORA MOBILIDADE URBANA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 25 Abril 2022



Prestes a completar seis meses de funcionamento, o Portão 32 do Porto do Rio de Janeiro se tornou o principal acesso rodoviário ao porto, recebendo 53% do total de veículos, especialmente aqueles destinados aos terminais de contêineres. Com a utilização do novo portão pelas transportadoras, a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) aponta que o tráfego de caminhões e carretas no Centro e no bairro do Caju foi sensivelmente reduzido, melhorando a mobilidade urbana.

Construído para atender ao fluxo proveniente da Avenida Portuária — via expressa e exclusiva que viabilizou o acesso direto ao porto a partir da Avenida Brasil, na altura do bairro de Manguinhos — o novo Portão 32 registrou 8.452 acessos ao porto no mês de fevereiro, segundo informações do superintendente de Gestão Portuária do Rio de Janeiro e Niterói, Leandro Lima. “Com o funcionamento do Portão 32, houve uma expressiva redução do conflito rodoviário urbano. Uma grande quantidade de veículos de carga que chegava ao porto pela Avenida Brasil, passando pelo Centro da cidade, principalmente no período da manhã, passou a utilizar a Avenida Portuária e o novo portão”, ressalta o superintendente.

Representando um dos terminais de contêineres do Porto do Rio de Janeiro, o gerente geral de Operações da ICTSI Rio, Alexandre Macena, afirma que, com o Portão 32, houve uma redução significativa do fluxo de veículos dentro do Caju e a percepção dos usuários melhorou: “Nossos clientes e transportadores tiveram ganhos expressivos em tempo e segurança, pois as carretas não precisam mais entrar na cidade”. Para Macena, o Portão 32 proporcionou um aumento de nível de atendimento à cadeia logística instalada no complexo portuário do Caju: “Hoje, o Portão 32 é o nosso principal acesso, com tecnologia de ponta e agilidade nos atendimentos, possibilitando o crescimento das operações portuárias sem a criação de gargalos do acesso terrestre”.

Para o diretor institucional da Triunfo Logística, Mário Meira, “o portão 32 representa uma melhor mobilidade para a cidade e sua concepção traz ganhos significativos para o transporte modal, proporcionando redução no trajeto para o porto com maior escoamento de cargas”. O gerente de Operação Portuária do Terminal de Trigo do Rio de Janeiro (TTRJ), Márcio Silva, também destacou benefícios: “Sem dúvida, os transportadores ganharam em rapidez, pois antes perdiam muito tempo no trânsito, e ainda tiveram redução de custos, inclusive de manutenção dos veículos, pois deixaram de trafegar por ruas engarrafadas e repletas de quebra-molas”.

Inaugurado em 19 de novembro de 2021, o novo Portão 32 do Porto do Rio de Janeiro fica localizado no final da Rua General Sampaio, no bairro do Caju, e foi projetado para receber o tráfego da Avenida Portuária, dimensionada para o fluxo de 2,6 mil veículos por dia. A obra foi executada e custeada com recursos próprios da Docas do Rio, totalizando um investimento na ordem de R\$ 3,8 milhões. O projeto executivo foi doado pelos terminais e operadores portuários. O acesso abrange uma área total de 9.368 m² e as modernas instalações contam com quatro ‘gates’ reversíveis em dimensões suficientes para manobras dos caminhões e com tecnologia e automação para facilitar a dinâmica de entrada e saída do porto, com agilidade, organização e segurança, evitando filas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 26/04/2022

BUREAU VERITAS REALIZA AUDITORIAS DE SEGURANÇA OPERACIONAL NA 3R PETROLEUM

Da Redação OFFSHORE 25 Abril 2022



Grupo é responsável pela avaliação da conformidade técnica e legal de todas as instalações terrestres e marítimas da operadora de óleo e gás, distribuídas por polos localizados em cinco estados brasileiros

O Bureau Veritas assume auditoria interna do Sistema de Gestão Operacional das instalações onshore e offshore da 3R Petroleum, operadora brasileira de óleo e gás. O Grupo avaliará a conformidade das operações da companhia com base nos regulamentos técnicos da Agência Nacional do

Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), auxiliando na prevenção de riscos e análise do potencial de impacto à segurança pessoal e operacional, ao meio ambiente e à comunidade, identificando também pontos de melhorias.



“A história do Bureau Veritas começou no setor marítimo e nesses mais de 190 anos de atuação em qualidade e segurança de operações, auxiliamos milhares de empresas a se desenvolverem e expandirem seus negócios com integridade, eficácia e transparência. Com a 3R Petroleum não será diferente, ainda mais por se tratar de uma companhia tão jovem e com tanto potencial”, afirma Márcio Pereira, diretor de Marítima e Offshore do Bureau Veritas.

“Devido à expertise e relevância do Bureau Veritas no setor, acreditamos que possa exercer um papel importante no nosso negócio. Somos hoje uma das maiores operadoras privadas independentes de óleo e gás na América Latina, focados em aumentar a produção de campos maduros, tendo a segurança como valor. A parceria com o BV é fundamental nos planos de otimização das operações, com foco em eficiência operacional e controle de riscos, sempre com respeito total às pessoas e ao meio ambiente”, comenta Ricardo Savini, CEO da 3R Petroleum.

O Bureau Veritas verificará a aderência do Sistema de Gestão Operacional da 3R Petroleum às resoluções da ANP relacionadas a perfuração, produção e movimentação de petróleo, derivados e gás natural, tanto em instalações terrestres quanto marítimas e submarinas, bem como à integridade dos poços. Além das diretrizes estabelecidas nos regulamentos técnicos, o Grupo também considerará as normas internas da companhia e as normas de referência na indústria de Óleo e Gás.

O processo de auditoria é realizado por uma equipe técnica especializada na legislação do setor e em operações onshore e offshore e compreende planejamento, auditoria documental, visita técnica, entrevistas e relatório final com diretrizes de conformidade e sugestões de melhoria. No escopo, estão contemplados os polos Macau, Pescada, Areia Branca e Potiguar, Rio Grande do Norte, Polos Rio Ventura e Recôncavo, Bahia, Polo Fazenda Belém, Ceará, Polo Peroá, Espírito Santo, e Polo Papa-Terra, Rio de Janeiro. Para cada polo, serão adotados procedimentos específicos relacionados ao tipo de instalação, onshore ou offshore, e às resoluções aplicáveis: SGSO, RTDT, SGI, SGSS e SGIP.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 26/04/2022



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercosshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercosshipping.com.br).

Fonte : InforMS
Data : 20/04/2006